



CURRICULUM VITAE

11 06 2017

NOME: **WILLIAM EDUARDO FREIRE**

Graduação: Direito
Faculdade: Universidade Federal de Minas Gerais

Especialização: Direito Minerário
Direito Ambiental
Negociações Ambientais
Gestão de Crises Ambientais

WILLIAM FREIRE é advogado, formado pela universidade Federal de Minas Gerais. É doutorando em Ciências Jurídicas.

LIVROS PUBLICADOS

Comentários ao Código de Mineração (2. ed., Editora Aide, Rio de Janeiro, 1996).

Revista de Direito Minerário (Editora Mineira, Belo Horizonte, 1997. Vol. I – Coordenador).

Direito Ambiental Brasileiro (Editora Aide, Rio de Janeiro, 1998).

Revista de Direito Minerário (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2000. Vol. II – Coordenador).

Recurso Especial e Extraordinário (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2002).

Os recursos cíveis e seu processamento nos Tribunais. (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2003).

Direito Ambiental aplicado à Mineração (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Coletânea de Legislação Mineral (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

RESUMÉ

NAME: **WILLIAM EDUARDO FREIRE**

Bachelor Degree: Law
University: Federal University of Minas Gerais, Brazil
Specialization: Mining Law
Environmental Law
Environmental Negotiations
Environmental Crises Management

WILLIAM FREIRE is a lawyer, graduated from Federal University of Minas Gerais, Brazil. Currently is working towards a Doctorate in Juridical Sciences.

PUBLISHED BOOKS

Annotations on Brazilian Mining Code (2nd. ed., Editora Aide, Rio de Janeiro, 1996).

Mining Law Review (Editora Mineira, Belo Horizonte, 1997. Tomo I – Coordinator).

Brazilian Environmental Law (Editora Aide, Rio de Janeiro, 1998).

Mining Law Review (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2000. Tomo II – Coordinator).

Appeals to the Superior Court and the Supreme Court (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2002).

Civil Appeals and Their Processing by the Courts (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2003).

Environmental Law Applied to Mining (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Mineral Law Collection (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Legal Nature of Exploration Consent, Exploitation Consent and Mine Claims in Brazilian Law (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).



Código de Mineração em Inglês (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2008 – Cotradutor).

Dicionário de Direito Minerário. Inglês – Português (2. ed., Editora Revista de Direito Minerário, Belo Horizonte, 2008 – Coautor).

Gestão de Crises e Negociações Ambientais (Del Rey, Belo Horizonte, 2009).

Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário técnico de Meio Ambiente (2. ed., Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2009 – Coordenador).

Mineração, Energia e Ambiente (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010 – Coordenador).

Fundamentals of Mining Law (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010).

Código de Mineração Anotado e Legislação complementar em vigor (5. ed., Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 2010).

Aspectos controvertidos do Direito Minerário e Ambiental (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2013. Co-coordenador).

Guia de Utilização: Comentários à Portaria DNPM 144/2007 com as alterações da Portaria 541/2014. (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2015.)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Diretor do escritório William Freire Advogados Associados.

ATIVIDADE PROFISSIONAL. ALGUNS EXEMPLOS DE ATUAÇÕES REPRESENTATIVAS

William Freire tem ampla experiência como um dos mais antigos advogados especializados em Direito Minerário e Ambiental do Brasil.

Sua experiência inclui atuação em *due diligences*, assessoria e contratos complexos em investimentos, aquisições, fusões e associações de grande vulto.

Sua área de atuação inclui Inquéritos Cíveis, Ações Cíveis Públicas, defesas administrativas e atuações judiciais em casos de alta complexidade.

Brazilian Mining Code. English version (Jurídica Editora, Belo Horizonte 2008 – Co-translator).

Mining Law Dictionary. English – Portuguese (2nd. ed., Editora Revista de Direito Minerário, Belo Horizonte, 2008 – Co-author).

Environmental Crisis and Environmental Negotiation Management (Del Rey, Belo Horizonte, 2009).

Dictionary of Environmental Law and Technical Environmental Vocabulary (2nd. ed., Editora Mineira, Belo Horizonte, 2009 – Coordinator).

Mining, Energy and Environment (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010 – Co-coordinator).

Fundamentals of Mining Law (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010).

Annotated Mining Code and Complementary Mining Legislation (5th. ed., Mandamentos, Belo Horizonte, 2010).

Controversial aspects of Mining and environmental Law (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2013. Co-coordinator).

Guia de Utilização: Annotations on Administrative Rule DNPM 144/2007 with the amendments set forth by Administrative Rule DNPM 54/2014. (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2015.)

PROFESSIONAL ACTIVITIES

Managing Director of William Freire Advogados Associados Law Office.

PROFESSIONAL ACTIVITIES. SOME EXAMPLES OF REPRESENTATIVE ACTIVITY

William Freire has extensive experience as one of the most experienced attorneys in the Mining and Environmental Law areas in Brazil.

His experience includes work in the due diligence area, advising and complex contracts in investments, acquisition, mergers and major associations.

His area of activity includes Civil Investigations, Public Civil Actions, administrative defenses and judicial activity in high complexity cases.



Dentre suas experiências profissionais está a gestão de crises e negociações ambientais em acidentes de grande porte e gestão estratégica do patrimônio mineral.

Em tribunais arbitrais tem experiência atuando como árbitro e advogado.

Como autor de mais de 10 livros e professor em cursos de pós-graduação, sua atuação é destacada, também, como doutrinador de maior expressão no país, no desenvolvimento de teses inovadoras para empresas de mineração.

Atuou em *Due diligence* em Direitos Minerários em negócio acima de US\$ 1,5 bilhão;

Atuou em Gestão de Crises e Negociações Ambientais em acidente com barragem de rejeitos de mineração de grande porte: atuação nas negociações, processos administrativos e judiciais;

Assessoria para as maiores empresas de mineração do Brasil em seus segmentos: aconselhamento, administrativa e judicial em assuntos de alta complexidade;

Assessoramento em vários licenciamentos ambientais complexos;

Negociações complexas com órgãos ambientais;

Atuação decisiva em licenciamento ambiental complexo de PCH;

Assessoramento a investidores em diversos casos de *due diligence*, cessão ou aquisição de Direitos Minerários;

Atuação relevante de Inquéritos Cíveis e Ações Cíveis Públicas para empresas de grande porte, líderes em seus segmentos de atuação;

Atuação em Inquéritos Cíveis e Ação Civil complexa para indústria de cimento;

Representação de empresas de mineração estrangeiras no Brasil;

His professional experience includes crisis management and environmental negotiations in major accidents and strategic mineral asset management.

He has experience as an arbitrator and attorney in arbitration tribunals.

The author of more than 10 books, and a professor in graduate courses, he is also recognized as one of the most important legal scholars in Brazil, in the development of innovative theses for mining companies.

Acted in *Due diligence* in Mining Rights in business deal worth more than US\$ 1.5 billion;

Acted in Crisis Management and Environmental Negotiations in a large scale tailings dam accident: acted in negotiations, administrative and judicial proceedings;

Advising for the largest mining companies in Brazil in the segments: advising, administrative and judicial in highly complex topics;

Assistance in several complex environmental licensing;

Complex negotiations with environmental agencies;

Decisive activity in complex environmental PCH licensing;

Investor advising in several cases of due diligence, assignment or acquisition of Mining Rights;

Relevant activity in Civil Investigations and Public Civil Actions for major corporations leaders in their activity segments;

Acted in Civil Investigations and complex Civil Actions for the cement industry;

Representation of foreign mining companies in Brazil;



Assessoramento para constituição de Servidão Mineral para empresa de mineração de ouro de grande porte, localizada em área urbana;

Advising to create Mineral Easement for large gold mining companies, located in an urban area;

Gestão Estratégica do Patrimônio Mineral – GEPM — para indústrias líderes em seu segmento: produção de insumos para fertilizantes;

Strategic Mineral Asset Management– GEPM — for leading companies in their industries: production of inputs for fertilizers;

Gestão Estratégica do Patrimônio Mineral – GEPM — para indústrias líderes em seu segmento: produção de minério de ferro e siderurgia;

Strategic Mineral Asset Management – GEPM — for leading companies in their industries: production of iron ore and steelmaking;

Aconselhamento em procedimento de licenciamento ambiental de indústria de cimento, com mina e fábrica localizadas em área urbana;

Advising in environmental licensing procedures in the cement industry, with mine and factory located in urban areas;

Atuação em *leading case* judicial: exclusão de ITR sobre áreas mineralizadas;

Activity in leading judicial case: exclusion of ITR on mineralized areas;

Atuação relevante na consulta pública em relação ao Marco Regulatório da mineração;

Relevant activity in public consultations in relation to the Regulatory Framework of mining;

Atuação relevante para a formação e aperfeiçoamento de doutrina jurídica em Direito Minerário e Ambiental no Brasil;

Relevant activity for training and improvement of legal thought in the Mining and Environmental Law areas in Brazil;

Ministrou curso de Direito Minerário para os integrantes do Ministério de Energia e Minas de Moçambique, em Maputo;

Taught Mining Law course for members of the Ministry of Energy and Mines of Mozambique, in Maputo;

Ministrou palestra para profissionais da empresa Volcan, maior produtora de Zinco do Peru e quarta maior produtora de Zinco do mundo.

He lectured for professionals at the company Volcan, the largest producer of Zinc in Peru and the fourth largest producer of Zinc in the world.

Defesas relevantes de empresa de mineração em processo administrativo complexo em razão de acidente de grande porte;

Relevant defenses of mining companies in complex administrative proceedings as a result of major accidents;

Experiência em Tribunal Arbitral: como árbitro e advogado em disputa envolvendo empresa de mineração;

Experience in Arbitration Court: as an arbitrator and attorney in a dispute involving a mining company;

Assessoramento em contratos complexos envolvendo aquisição de Direitos Minerários;

Advising in complex contracts involving the acquisition of Mining Rights;

Due diligences relevantes integradas: análise de aspectos envolvendo o Direito Minerário e Direito Ambiental de forma integrada para empresas de mineração de grande porte.

Integrated relevant due diligence: analysis of aspects involving Mining Law and Environmental Law in an integrated manner for major mining companies.



ATIVIDADES DOCENTES

Professor do curso de pós-graduação do Centro de Direito Internacional.

Professor do curso de pós-graduação do CAD – Centro de Especialização em Direito.

Atuou como professor no *Curso Internacional de Verano: Derecho de Minería, Medio Ambiente, Gestión Social y Uso de Recursos Hídricos en Actividades Mineras*. Faculdade de Direito da Universidade San Martín de Porres. Lima, Peru. Fevereiro de 2011.

Ex-professor no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito Milton Campos.

Ex-professor do curso de pós-graduação do Centro Universitário UNA.

Ex-professor no curso de pós-graduação da Faculdade Pitágoras.

Ex-professor no curso de pós-graduação do CEAJUFE – Centro de Estudos da Área Jurídica Federal.

Ex-professor de Direito Minerário no curso MBA – Gestão Avançada de Empresas de Mineração da Universidade Estácio de Sá (2002).

TRIBUNAIS ARBITRAIS

Árbitro em Direito Minerário da Câmara Mineira de Mediação e Arbitragem – CAMINAS.

Árbitro em Direito Minerário da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil – CAMARB.

PRINCIPAIS PALESTRAS PROFERIDAS, SEMINÁRIOS, DEBATES E CURSOS MINISTRADOS.

INTERNACIONAIS

Lima. Peru. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. (Universidad del Peru, Decana da América). Faculdade de Derecho y Ciencia Política. Tema: Panorama da legislação mineral na América Latina. Jun/2017.

TEACHING ACTIVITIES

Professor at the graduate course at Center of International Law.

Professor at CAD – Center for Specialization in Law.

Professor at the International Summer Course: Mining Law, Environment, Social Management and Use of Hydric Resources in Mining Activities. Law School of the *Universidad de San Martín de Porres*. Lima, Peru, February 25, 2011.

Former professor at Milton Campos Law School.

Former professor at UNA Law School.

Former professor at Pitágoras University.

Former professor at CEAJUFE – Center for Federal Legal Studies Area.

Former professor on Mining Law at the MBA Course for Advance Management of Mining Companies at Universidade Estácio de Sá (2002).

ARBITRATION CHAMBERS

Arbiter in Mining Rights at the Mediation and Arbitration Chamber of Minas Gerais – CAMINAS.

Arbiter in Mining Rights at the Corporate Arbitration Chamber – CAMARB.

MAIN PRESENTATIONS GIVEN, AND SEMINARS, DEBATES AND COURSES SPONSORED/ORGANIZED.

INTERNATIONALS

Lima. Peru. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. (Universidad del Peru, Decana da América). Faculdade de Derecho y Ciencia Política. Topic: Overview of Mining Law in Latin America. Jun/2017.



Santiago. Faculdade de Direito. Universidade do Chile. XIII Jornadas Direito Minerário. Nov/2011. Videoconferência. Tema: Direito Minerário brasileiro e desafios do Brasil com o novo marco regulatório da Mineração.

Lima, Peru. Curso Internacional de Verano: Derecho de Minería, Medio Ambiente, Gestión Social y Uso de Recursos Hídricos en Actividades Mineras. Faculdade de Direito da Universidade San Martin de Porres. 24/25/Fev/2011. Aulas ministradas: Direito Ambiental Brasileiro: Fundamentos e realidade na sua aplicação e Direito Minerário na América Latina.

Buenos Aires, Panorama Minero. V Encuentro Nacional de Derecho Minero e VI Encuentro Latinoamericano y del Caribe de Legislación Minera. Nov/2007. Tema: Direito Minerário e Direito Ambiental: sua integração e conflitos. Argentina/Buenos Aires.

Maputo, Moçambique. Curso de Direito Minerário e Ambiental dentro do Programa *Desenvolvimento de um Quadro Jurídico para Concessões Minerais de Moçambique*. Dez/2006. Tema: Mineração e Meio Ambiente. Maputo/Moçambique.

Lima. Peru. Universidad de San Martin del Porres. Facultad de Derecho. Encuentro Internacional de Derecho de Minería. 25 años de vigencia de la Ley General de Minería. Análisis, comentarios y propuestas de modificación. Tema: Panorama da legislação mineral na América Latina: uma visão a partir do regime jurídico da mineração do Brasil. Jun/2017.

NACIONAIS

Workshop de Direito Minerário. UNIBH. Maio/2017. Tema: Direito minerário brasileiro e o novo Marco Regulatório.

CEDIN – Aula Magna. Fundamento da Atividade Mineral. Março / 2017.

CEDIN – Curso de extensão. Maio/2016. Aula Magna. Elementos estruturais do regime jurídico da mineração e o Marco Regulatório. Belo Horizonte/MG.

Santiago. Law School. Chile University. XIII Mining Law Congress. Nov/2011. Videoconference. Theme: Brazilian Mining Law and the challenges Brazil faces with the new mining regulatory framework.

Lima, Peru. International Summer Course: Mining Law, Environment, Social Management and Use of Hydric Resources in Mining Activities. Law School of the University of San Martín de Porres. February 24/25, 2011. Classes taught: Brazilian Mining Law: Fundamentals and reality in its enforcement and Regulation of Mining Law in Latin America. Jun/2017.

Buenos Aires, Panorama Minero. V National Legal Studies Conference on Mining Law and VI Latin American and Caribbean Legal Studies Conference on Mineral Law.. Theme: Mining Law and Environmental Law: integration and conflict. Argentina/Buenos Aires. Nov/2007.

Theme: Mining and the Environment. Maputo/Mozambique. Course on Mining and Environmental Law within the Program Development of a Legal Framework for Mineral Concessions in Mozambique. Dec/2006.

Lima. Peru. Universidad de San Martin del Porres. Facultad de Derecho. International Meeting on Mining Law. 25 years of the General Mining Law. Analysis, comments and modification proposals. Theme: Overview of mining Law in Latin America: a view from the Brazilian mining legal regime. Jun/2017.

DOMESTIC

Mining Law Workshop. UNIBH. May/2017. Theme: Brazilian Mining Law and the new Regulatory Framework.

CEDIN – Master lecture. Fundamentals of Mineral Activity. March 2017.

CEDIN - Extension course. May / 2016. Master lecture. Structural elements of the legal regime of mining and the Regulatory Framework. Belo Horizonte / MG.



CEDIN – Aula Magna. O direito-dever de minerar. Março/2016.	CEDIN – Master lecture. The right-duty to mine. March / 2016.the Regulatory Framework. Belo Horizonte / MG.
XII Encontro Nacional de Engenheiros de Minas – ENGMINAS. Palestrante. Tema: Política Mineral Brasileira. Goiás/GO. NOV/2016	XII National Meeting of Mining Engineers - ENGMINAS. Speaker. Theme: Brazilian Mineral Policy. Goiás / GO. NOV / 2016
Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Tema: Curso de Legislação Mineral Direito Minerário. Rio de Janeiro, OUT./2016.	Instituto Brasileiro de Direito Minerario. Topic: Course Legislação Mineral Direito Minerario. Rio de Janeiro, OUT./ 2016.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Aula Magna. Tema: Gestão de Crises e Negociações Ambientais. AGO/2016.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Master lecture. Theme: Environmental Crisis management and Environmental Negotiation. Aug/2016.
Senado Federal. Audiência Pública. Debate sobre a modernização da legislação mineral. Brasília, DF, JUL/2016.	Federal Senate. Public Hearing. Debate on the modernization of mining legislation. Brasília/DF. Jul/2016.
Seminário IBDM/OAB-CE: questões atuais sobre Direito Minerário, Direito Ambiental e Tributação Mineral. Tema: Questões atuais sobre Direito Minerário. ABRIL/2016.	IBDM / OAB-CE Seminar: current issues on Mining Law, Environmental Law and Mineral Taxation. Theme: Theme: Current Issues on Mining Law. ABRIL/2016.
2º Fórum Brasileiro de Mineração. Debatedor. Tema: O Código de Mineração. Belo Horizonte, NOV, 2015.	Second Brazilian Mining Forum. Theme: The Brazilian Mining Code. Debater. Belo Horizonte, Nov, 2015.
Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Tema: Curso de Legislação Mineral Direito Minerário. Rio de Janeiro, Out,2015.	Instituto Brasileiro de Direito Minerario. Topic: Course Legislação Mineral Direito Minerario. Rio de Janeiro, Out, 2015.
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Fórum Direito Ambiental e Minerário. Tema: Fundamentos de Direito Minerário e síntese do processo administrativo. Belo Horizonte, ABR, 2015.	Pontifical Catholic University of Minas Gerais. Environmental and Mining Law Forum. Topic: Foundations of Mining Law and summary of the administrative procedure. Belo Horizonte, APR, 2015.
CEDIN Educacional - Centro de Extensão em Direito Minerário. Aula Magna. Fundamentos de Direito Minerário. FEV/2015	CEDIN Educacional - Centro de Extensão em Direito Minerário. Master lecture. Fundamentals of Mining Law. FEV/2015.
Centro Universitário de Goiás. UNI- Anhanguera. Aula Magna. Fundamentos de Direito Minerário. FEV/2015.	Centro Universitário de Goiás. UNI- Anhanguera. Master lecture. Fundamentals of Mining Law. FEV/2015.
Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2014. XVI Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP	Brazilian Institute of Mining Law. Out/2014. XVI Course on Mining Law. São Paulo/SP.



Sindirochas. Set/2014. Seminário Ação Civil Pública e reflexos civis da usurpação de bens minerais. Vitória/ES.	Sindirochas. Sep/2014. Public Civil Action Seminar and civil consequences of misuse of mineral commodities. Vitória/ES.
Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM. Jul/2014. Direito Minerário: Tendências Atuais. Criciúma/SC.	Brazilian Institute of Mining Law. Jul/2014. Mining Law: Current Trends. Criciúma/SC.
Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Jun/2014. Seminário Ação Civil Pública e reflexos civis da usurpação de bens minerais. Belo Horizonte/MG.	Lawyers’ Institute of Minas Gerais. Jun/2014. Public Civil Action Seminar and civil consequences of misuse of mineral commodities. Belo Horizonte/MG.
Escola Paulista da Magistratura e Fundação José Pedro de Oliveira. Mai/2014. II Seminário Direito Ambiental e Licenciamento. Campinas/SP.	Paulista School of Magistrates and José Pedro de Oliveira Foundation. Mai/2014. II Seminar Environmental Law and Licensing. Campinas/SP.
Conselho Regional de Engenharia. Nov/2013. Marco Regulatório da mineração: Principais aspectos. Bahia/BA.	Regional Council of Engineering. Nov/2013. Mining Regulatory Framework: Mains legal aspects. Bahia/BA.
Câmara dos Deputados. Set/13. Direito Minerário Brasileiro e Marco Regulatório da Mineração. Brasília/DF.	Câmara dos Deputados. Sep/13. Brazilian Mining Law and Mining Regulatory Framework. Brasília/DF.
Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM. Ago/2013. Mesa-redonda sobre o novo Marco Regulatório da Mineração. São Paulo/SP.	Brazilian Institute of Mining Law. Discussion on the New Mining Regulatory Framework. Opening lecture. Aug/13. São Paulo/SP.
AMCHAM. Encontro Setorial da Mineração. Ago/13. Palestra: Percepção dos riscos da mineração a partir da pesquisa do Fraser Institute. Belo Horizonte/MG.	AMCHAM. Meeting Mining Sector. Aug/13. Lecture: Risk perception of mining from the research of the Fraser Institute. Belo Horizonte/MG.
IBC Brasil. Conferência sobre Direito Minerário: regulação e tributação do setor. Ago/13. Palestra: Estratégias preventivas diante das ameaças do Novo Marco Regulatório Da Mineração. Belo Horizonte/MG.	IBC Brazil. Conference on Mining Law: regulation and taxation sector. Aug/13. Lecture: Preventive strategies in the face of threats from the New Regulatory Mining. Belo Horizonte/MG.
Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Jun/2013. Mesa-redonda sobre o novo Marco Regulatório da Mineração. Palestra de abertura. Tema: Análise da estrutura do novo Marco Regulatório e as regras de transição. Belo Horizonte/MG.	Lawyers’ Institute of Minas Gerais. Jun/2013. Panel Discussion on the New Mining Regulatory Framework. Opening lecture. Analysis of the structure of the new Mining Code and the transitional rules. Belo Horizonte/MG.
Centro Universitário UNA. IV Semana de Meio Ambiente. Jun/2013. Tema: Direito Minerário e Código Florestal. Belo Horizonte/MG.	Centro Universitário UNA. IV Environment Week. Jun/2013. Theme: Mining Law and Forest Code. Belo Horizonte/MG.



Singeo – Sindicato dos Geólogos de Minas Gerais. Workshop Novo Marco Regulatório da Mineração. Jun/2013. Tema: Fundamentos do Direito Minerário. Belo Horizonte/MG.

CENTROROCHAS - Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais. Novo Marco Regulatório da Mineração. Jun/2013. Vitória/ES.

III Seminário de Arbitragem do GEArb: Arbitragem, Mineração e Siderurgia. Abr/2013. Tema: Elementos estruturais do regime jurídico da mineração. Belo Horizonte/MG.

Programa ecologia e cidadania. Exibido pela TV Ponto Terra. Marco Regulatório da Mineração e o Direito Ambiental. Abril/2013.

III Seminário de Arbitragem do GEArb: Arbitragem, Mineração e Siderurgia. Abr/2013. Debatedor. Tema: A utilização da arbitragem em conflitos nos setores da mineração e siderurgia. Belo Horizonte/MG.

CEDIN – Curso de extensão. Mar/2013. Aula Magna. Elementos estruturais do regime jurídico da mineração à luz do Direito Comparado. Belo Horizonte/MG.

Saber Direito: Curso de Direito Minerário Brasileiro. TV Justiça. Nov/2012.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2011. Tema: XIV Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Nov/2011. Tema: XIII Curso de Legislação Mineral. Belo Horizonte/MG.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2011. Tema: XII Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

Automóvel Clube de Minas Gerais. Seminário: Política Mineral a Partir da Análise do Direito Minerário Comparado. Set/2011.

Singeo – Union of Geologists of Minas Gerais. New Regulatory Framework for Mining Workshop. Jun/2013. Theme: Fundamentals of Mining Law. Belo Horizonte/MG.

CENTROROCHAS - Centro Brasileiro de Rochas Ornamentais two exporters. Novo Mineração da Regulatory Framework. Jun / 2013. Vitória / ES.

III Seminar GEArb Arbitration: Arbitration, Mining and Steel. Apr/2013. Theme: Structural elements of the legal mining. Belo Horizonte/MG.

Ecologia e Cidadania. TV Program. Exibido pela TV Ponto Terra. Mining Legal Framework and Environmental Law. Abril/2013.
domestic

III Seminar GEArb Arbitration: Arbitration, Mining and Steel. Apr/2013. Theme: The use of arbitration in conflicts in the mining and steel sectors. Belo Horizonte/MG.

CEDIN – Extension course. Mar/2013. Master Lecture. Structural elements of the legal regime of mining the light of Comparative Law. Belo Horizonte/MG.

Saber Direito: Mining Law Course. TV Justiça. Supreme Court. Nov/2012.

Brazilian Institute of Mining Law. Out/2011. XIV Course on Mining Law. São Paulo/SP.

Brazilian Institute of Mining Law. Nov/2011. XIII Course on Mining Law. Belo Horizonte/MG.

Brazilian Institute of Mining Law. Out/2011. XII Course on Mining Law. São Paulo/SP.

Automóvel Clube de Minas Gerais. Seminar: Mineral Policy through the analysis of Comparative Mining Law. Belo Horizonte/MG. Sep/2011.



International Mining and Oil & Gas Law, Development, and Investment. Rocky Mountain Mineral Law Foundation. Decisão entre atividades conflitantes: agricultura ou mineração. Rio, ABR, 2011.

Samarco Mineração. Curso de Legislação Mineral. Março/2011.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. XI Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP. Nov/2010.

Seminário: Estrutura de Negócios em Mineração. Automóvel Clube de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. Set/2010.

Seminário: Rumo ao Novo Marco Regulatório do Setor Mineral. Câmara dos Deputados. Brasília/DF. Dez/2010.

Curso de Introdução ao Direito Minerário – *In Company*. Mineração Santa Elina. Out/2010.

6º Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto & 6º Congresso Brasileiro de Minas Subterrâneas e Workshop Fechamento de Mina. Ago/2010. Tema: Aspectos Legais no Fechamento de Mina. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2010 – III Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável. Jun/2010. Painel: Fazendo a Diferença: atuação de empresas competitivas e sustentáveis. Tema: sustentabilidade empresarial: influência da legislação ambiental: incorporação de estratégias sustentáveis competitivas e resposta positiva.

SUSTENTAR 2010 – III Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável. Jun/2010. Painel: Projetos de Mineração – Lei, Controle Ambiental e Cidadania. Tema: atualidades da legislação mineral. Belo Horizonte/MG.

I Congresso Internacional de Direito Minerário. Jun/2010. Tema: Fechamento de Mina e supervisão de minas órfãs. Salvador/BA.

International Mining and Oil & Gas Law, Development, and Investment. Rocky Mountain Mineral Law Foundation. Torn Between Conflicting Activities: Fertile Agricultural Land or Mining Concern. Participation as Commentator. Rio, APR, 2011.

Samarco Mineração. Mining Law Course. March/2011.

Brazilian Institute of Mining Law. XI Course on Mining Law. São Paulo/SP. Nov/2010.

Seminar: Business Structure in Mining. Automóvel Clube de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. Sep/2010.

Seminar - Working toward the new mining legal and regulatory framework. House of Representatives. Brasília/DF Dec/2010.

Introductory Course - Mining Law. *In Company*. Mineração Santa Elina. Oct/2010.

6th Brazilian Congress on Open Cast Mines & 6th Brazilian Congress of Underground Mines and Mine Closing Workshop. Aug/2010. Topic: Legal Aspects of Mine Closing. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2010 – Third International Forum on Sustainable Development. Jun/2010. Panel: Making a Difference: actions of competitive and sustainable companies. Topic: corporate sustainability: influence of environmental legislation: incorporation of competitive sustainable strategies and positive response. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2010 – Third International Forum on Sustainable Development. Jun/2010. Panel: Mining Projects – Law, Environmental Control and Citizenship. Topic: current issues in mineral legislation. Belo Horizonte/MG.

I International Congress of Mining Law. Jun/2010. Theme: Mine Closure and Supervision of Orphan Mines. Salvador/BA.



II Semana de Meio Ambiente e I Simpósio da Diversidade e do Conhecimento do Centro Universitário UNA/Instituto UNA de Tecnologia. Mai/2010. Tema: Gestão de Conflitos Ambientais. Belo Horizonte/MG.

Congresso Brasileiro para a Retomada do Desenvolvimento dos Setores de Mineração e Metais. Mar/2010. Tema: A visão do marco regulatório da Mineração a partir do Direito Minerário Comparado. São Paulo/SP.

Faculdade de Direito de Vitória/ES. Dez/2009. Direito Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Vitória/ES.

Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Seminário sobre o novo Marco Regulatório da Mineração. Out/2009. Tema: Fundamentos de Direito Minerário e o novo Marco Regulatório. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM. Seminário de Meio Ambiente. Gestão Ambiental: riscos e oportunidades. Out/2009. Tema: Conselhos e Conselheiros Ambientais. Belo Horizonte/MG.

Exposibram. Set/2009. Tema: Conselhos e conselheiros ambientais: natureza jurídica, direitos e obrigações. Belo Horizonte/MG.

II Congresso Internacional e Direito Ambiental da OAB e SEMAD. Set/2009. Tema: Painel VII: Responsabilidade social da mineração. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2009 – Fórum Internacional pela Responsabilidade Socioambiental e Turismo Sustentável. Set/2009. Tema: Infraestrutura, Gestão de Resíduos Sólidos, Biomas, Ministério Público e Judiciário. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM Uberlândia. Ago/2009. Tema: Novos Instrumentos de Gestão Jurídica Ambiental. Uberlândia/MG.

Fundação Gorceix, no curso do MBA Direito Ambiental, Impacto e Recuperação. Ago/2009 Tema: Direito

II Environment Week and I Diversity and Knowledge Symposium, Centro Universitário UNA/Instituto UNA de Tecnologia. May/2010. Theme: Environmental Conflict Management. Belo Horizonte/MG.

Brazilian Mining & Metals Congress. Mar/2010. Theme: The New Mining Regulatory Framework. A comparative mining law viewpoint. São Paulo/SP.

Vitória/ES Law School. Dec/2009. Theme: Mining Law and Environmental Law Applied to Mining. Vitória/ES.

Lawyers' Institute of Minas Gerais. Seminar on new Regulatory Framework for Mining. Oct/2009. Theme: Fundamentals of Mining Law and the new Regulatory Framework. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM. Seminar on Environment. Environmental Management: risks and opportunities. Oct/2009. Theme: Environmental Councils and Council Members. Belo Horizonte/MG.

Exposibram. Sep/2009. Theme: Environmental Council and Environmental Council Members: legal nature, rights and obligations. Belo Horizonte/MG.

II International Congress and Environmental Law held by OAB and SEMAD. Sep/2009. Theme: Mining and Social Responsibility. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2009 – International Forum for Socio-environmental Responsibility and Sustainable Tourism. Sep/2009. Theme: Infrastructure, Solid Waste Management, Biomes, Public Prosecutor's Office and Judiciary. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM Uberlândia. Aug/2009. Theme: New Environmental Legal Management Instruments. Uberlândia/MG.

Federal University of Ouro Preto/ Gorceix Foundation at the MBA in Environmental Law, Impact and Rehabilitation. Aug/2009. Theme: Mining Law and



Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG.

Fadipa – Faculdade de Direito de Patos de Minas. II Fórum Jurídico. Jun/2009. Tema: Regime Jurídico da Mineração do Brasil. Patos de Minas/MG.

IQPC – International Quality & Productivity Center. Mai/2009. 1º Legal Mining Forum – Fórum Brasileiro sobre Regulação do Setor de Mineração. Tema: Princípios e fundamentos do Direito Minerário e os marcos regulatórios. São Paulo/SP.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Abr/2009. Tema: X Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

IAMG – Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Out/2008. Tema: Servidão Mineral. Belo Horizonte/MG.

I Regional Engminas na Bahia. CREA Bahia. Ago/2008. Tema: Legislação Mineral – A Visão do Setor Privado. Salvador/BA.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. 26 e 27/Jun/2008. Tema: IX Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

IX Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2008.

II COMBIO – Congresso Mineiro de Biodiversidade. Tema: Gestão de Conflitos Ambientais. Belo Horizonte/MG. Abr/2008.

Faculdade Estácio de Sá. Semana Jurídica. Temas Polêmicos do Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG. Nov/2007.

IV Ciclo de Estudos em Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Tema: Realidade do Direito Minerário Brasileiro. Belo Horizonte/MG. Out/2007.

IBC/Brasil. Congresso Ambiental. Tema: Quais os limites para Intervenção em Áreas de Preservação Permanente em centros urbanos. São Paulo/SP.

Environmental Law applied to Mining. Belo Horizonte/MG.

Fadipa – Law School of Patos de Minas. II Legal Forum Jun/2009. Theme: Legal Structure of Mining in Brazil. Patos de Minas/MG.

IQPC – International Quality & Productivity Center. 1st Legal Mining Forum – Brazilian Forum on Regulation in the Mining Industry. May/2009. Theme: Principles and fundamentals of Mining Law and regulatory frameworks. São Paulo/SP.

Brazilian Institute of Mining Law. Apr/2009. Theme: Course on Mining Law. São Paulo/SP.

Lawyers' Institute of Minas Gerais. Oct/2008. Theme: Mineral Easement. Belo Horizonte/MG.

I Regional Engminas na Bahia. CREA Bahia. Aug/2008. Theme: Mining Law – Vision of Private Sector. Salvador/BA.

Brazilian Institute of Mining Law. Jun/26 and 27/2008. Theme: X Course on Mining Law. São Paulo/SP.

IX Course on Mining Law. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. Jun/2008.

II COMBIO – Minas Gerais State Biodiversity Congress. Theme: Environmental Conflicts Management. Belo Horizonte/MG. Apr/2008.

Estácio de Sá College. Legal Studies Week. Theme: Controversial themes on Environmental Law applied to mining. Belo Horizonte/MG. Nov/2007.

IV Cycle of Studies on Environmental Law. Law School of the Federal University of Minas Gerais. Theme: Reality of the Brazilian Mining Law. Belo Horizonte/MG. Oct/2007.

IBC/Brasil. Environmental Congress. Theme: What are the limits for interventions in Permanent Preservation Areas in urban centers. São Paulo/SP.



Set/2007.

VIII Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Vitória/ES. Out/2007.

PACE. AMCHAM/Brasil. Tema: Gestão de Crises e Negociações Ambientais. Belo Horizonte/MG. Set/2007.

VII Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2007.

UFOP – Fundação Gorceix. Theme: Impactos Ambientais na Mineração. Ouro Preto/MG. Fev/2007.

II Simpósio Nacional sobre Tungstênio – SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico/RN. Tema: Mineração e Meio Ambiente. Currais Novos/RN. Nov/2006.

V Encontro de Estudos Jurídicos/ESA – OAB/MG. Tema: Extração Mineral. Três Corações/MG. Out/2006.

Congresso de Direito Ambiental. UNA/BH. Tema: Gestão de Crises Ambientais. Belo Horizonte/MG. Set/2006.

Feira Internacional do Mármore e Granito. Tema: Administrando as Dificuldades Ambientais na Mineração. Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ago/2006.
Workshop Gestão Ambiental/SENAC MG. Tema: Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG. Ago/2006.

IOB. Seminário Atualidades em Meio Ambiente. Tema: Processo Administrativo Mineral e Sustentabilidade Socioambiental. São Paulo/SP. Jul/2006.

II Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral – SIMEXMIN 2006. Tema: Prevenção de crises ambientais na fase de pesquisa: atividade mineral em áreas de proteção permanente. Ouro Preto/MG. Mai/2006.

VI Curso de Direito Minerário. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Abr/2006.

I Congresso Brasileiro de Advocacia Ambiental. Ética, Empreendedorismo e Sustentabilidade da OAB/MA. Tema: Efetividade da Aplicação da Legislação

Sep/2007.

VIII Course on Mining Laws. Brazilian Institute of Mining Law. Vitória/ES. Oct/2007.

PACE. AMCHAM. Theme: Environmental Crisis and Environmental Negotiation. Belo Horizonte/MG. Sep/2007.

VII Course on Mining Laws. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. Jun/2007.

UFOP – Fundação Gorceix. Theme: Environmental Impacts in Mining Industry. Ouro Preto/MG. Feb/2007.

II National Tungsten Symposium – SEDEC – State Secretariat for Economic Development, Rio Grande do Norte. Theme: Mining and the Environment. Currais Novos/RN. Nov/2006.

V Legal Studies Conference/ESA – OAB/MG. Theme: Mining activity. Três Corações/MG. Oct/2006.

Environmental Law Congress. UNA/BH. Theme: Environmental Crisis Management. Belo Horizonte/MG. Sep/2006.

International Granite and Marble Fair. Theme: Administering environmental issues in mining activities. Cachoeiro de Itapemirim/ES. Aug/2006.
Workshop Environmental Management/SENAC /MG. Theme: Environmental law applied to Mining. Belo Horizonte/MG. Aug/2006.

IOB. Seminar on Current Events in Environment. Theme: Mineral Administrative Process and Socio-environmental Sustainability. São Paulo/SP. Jul/2006.

II Brazilian Symposium on Mineral Exploitation – SIMEXMIN 2006. Theme: Prevention of environmental crises in exploration phase: mining in permanent protection areas. Ouro Preto/MG. May/2006.

VI Mining Law Course. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. Apr/2006.

I Brazilian Congress on Environmental Law Practice. Ethics, Entrepreneurism and Sustainability. Bar Association. Theme: Effectiveness of Application of Environmental Law to Mining Activities: Challenges faced



Ambiental à Atividade Mineral: Desafios da Gestão Pública e Privada. São Luís/MA. Abr/2006.

XIII Encontro de Mineradores e Consumidores. Tema: Gestão de Crises Ambientais. Natal/RN. Out/2005.

I Congresso Internacional de Direito Ambiental da OAB/MG. Tema: Desativação de Minas. Belo Horizonte/MG. Jun/2005.

Câmara Americana de Comércio de Minas Gerais – Tema: Qualidade nas Negociações Ambientais. Belo Horizonte/MG. Abr/2005.

V Curso de Direito Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Belo Horizonte/MG. Nov/2004.

IV Curso de Direito Minerário e Ambiental. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2004.

III Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Nov/2003.

II Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Out/2003.

I Seminário de Sustentabilidade Ambiental da Mineração da Bahia. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM/BA. Tema: Impactos diretos e indiretos da Legislação Ambiental na Atividade Mineral. Salvador/BA. Nov/2003.

Câmara Americana de Comércio de Minas Gerais – Tema: Visão Jurídica da Gestão de Resíduos Industriais Perigosos. Belo Horizonte/MG. Jun/2003.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/BA. Tema: Legislação Mineral e Ambiental Brasileira. Salvador/BA. Mai/2003.

I Congresso Nacional de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados de Minas Gerais (OAB/MG). Tema: Controle Ambiental em Mineração. Belo Horizonte/MG. Set/2002.

by public and private management. São Luís/MA. Apr/2006.

XIII Meeting of Mining Companies and Consumers. Theme: Environmental Crisis Management. Natal/RN. Oct/2005.

I International Congress of Environmental Law sponsored by the Brazilian Bar Association, Minas Gerais Chapter. Theme: Mine Closure. Belo Horizonte/MG. Jun/2005.

American Chamber of Commerce in Minas Gerais – Theme: Quality in Environmental Negotiations. Belo Horizonte/MG. Apr/2005.

V Course on mining and environmental law applied to mining. Brazilian Institute of Mining Law. Belo Horizonte/MG. Nov/2004.

IV Course on mining and environmental law. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. Jun/2004.

III Course on Mining Law. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. NOV/2003.

II Course on Mining Law. Brazilian Institute of Mining Law. São Paulo/SP. Oct/2003.

I Seminar of Environmental Sustainability in the Mining Industry in the State of Bahia. Secretariat of Industry, Commerce and Mining. Theme: Direct and indirect impacts of environmental laws on mining activities. Salvador/BA. Nov/2003.

American Chamber of Commerce of Minas Gerais – Theme: Legal Aspects of Hazardous Industrial Waste Management. Belo Horizonte/MG. Jun/2003.

CREA/BA – Self Regulating Council of the Engineering Profession. Theme: Brazilian Mineral and Environmental Legislation. Salvador/BA. May/2003.

I National Congress on Environmental Law of the Minas Gerais Chapter of the Brazilian Bar Association (OAB/MG).. Theme: Environmental Control in Mining Operations. Belo Horizonte/MG. Sep/2002



I Congresso de Direito Ambiental. Tema: Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Abr/2002.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/BA. Tema: Exigências Ambientais para a Área de Mineração. Salvador/BA. Dez/2001.

IX Congresso de Mineração. Tema: Legislação Ambiental do Brasil: Princípios e Fundamentos. Crimes e Infrações Administrativas. Belo Horizonte/MG. Abr/2001.

I Curso de Direito Minerário Brasileiro. Instituto Brasileiro de Direito Minerário - IBDM. São Paulo/MG. Dez/2000.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/GO. Tema: Direito Ambiental Brasileiro. Jun/2000.

II Curso Técnico de Recuperação de Áreas Degradadas. Universidade Federal de Viçosa. Tema: Direito Ambiental. Viçosa/MG. Out/1998.

VII Simpósio Mineiro – Metalúrgico da UFMG. Belo Horizonte/MG. Out/1996.

I Seminário sobre Exploração de Quartzo Sericítico e Meio Ambiente. Tema: Política Mineral e o Código de Mineração. São Thomé das Letras/MG. Ago/1995.

I Semana de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito Milton Campos. Tema: “A Constituição Federal e o Direito Minerário”. Nova Lima/MG. Out/1991.

PRINCIPAIS ARTIGOS PUBLICADOS

O Brasil tem o que aprender com a Argentina? Maio/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/o-brasil-tem-o-que-aprender-com-argentina/?lang=pt-br>

Considerações sobre o conceito de lavra ambiciosa. Inthemine, nº 66. Abril/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/consideracoes-sobre-o-conceito-de-lavra-ambiciosa/?lang=pt-br>

I Congress on Environmental Law. Theme: Environmental Law applied to Mining Activities. Apr/2002.

CREA/BA – Self Regulating Council of the Engineering Profession. Theme: Environmental Requirements for Mining Activities. Salvador/BA. Dec/2001.

IX Brazilian Mining Congress. Theme: Environmental Legislation in Brazil: Basic Principles. Crimes and Administrative Violations. Belo Horizonte/MG. Apr/2001.

I Course on Brazilian Mining Law. Brazilian Mining Law Institute – IBDM. São Paulo/MG. Dec/2000.

CREA/GO – Self Regulating Council of the Engineering Profession. Matter: Brazilian Environmental Law. Jun/2000.

II Technical Course for the Reclamation of Degraded Areas. Federal University of Viçosa. Theme: Environmental Law. Viçosa/MG. Oct/1998.

VII Symposium on Mining and Metallurgy of UFMG. Belo Horizonte/MG. Oct/1996.

Seminar on the Exploration of Sericite Quartz and the Environment. Theme: Mineral Policy and the Mining Code. São Thomé das Letras/MG. Aug/1995.

I Week of Juridical Studies of Milton Campos Law School. Theme: Brazil Federal Constitution and the Mining Law. Nova Lima/MG. Oct/1991.

MAIN PUBLISHED PAPERS

Brazil has what to learn from Argentina? Available at: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/o-brasil-tem-o-que-aprender-com-argentina/?lang=pt-br>

Considerations on the concept of ambitious mining. InthemIne. N°66. April / 2017. Available at: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/consideracoes-sobre-o-conceito-de-lavra-ambiciosa/?lang=pt-br>



Absurdo no Regulamento do Código de Mineração. Abril/2017. Disponível em: http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/absurdo-na-regulamentacao-do-codigo-de-mineracao-2/?lang=pt-br	Absurd in the regulation of the Mining Code. April/2017. Available in: http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/absurdo-na-regulamentacao-do-codigo-de-mineracao-2/?lang=pt-br
Projeto de Lei 5.143/2016 deve ser melhorado. Abril/2017. Disponível em: http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/projeto-de-lei-5-1432016-deve-ser-melhorado/?lang=pt-br	Bill 5.143 / 2016 should be improved. April/2017. Available in: http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/projeto-de-lei-5-1432016-deve-ser-melhorado/?lang=pt-br
Em defesa das concessões de lavra por Prazo Indeterminado. InthemIne. Nº 65 Março /2017.	Defending mining concessions for Indeterminate Term. InthemIne. No. 65 March / 2017.
Alcance da expressão produto de lavra contida no art. 176 CF. Inthemine. Nº64 .Janeiro/2017. Brazil -The Mining Law Review. 5ª Edição. Dez/2016.	Scope of expression Contained in art. 176 CF. Inthemine. Nº64 .January / 2017. Brazil – The Mining Law Review. 5 th Edition. Dez/2016
Segurança na Mineração além da Jurídica. Inthemine. Nº 63. Outubro/2016.	Safety in Mining beyond Legal. Inthemine. Nº 63. October / 2016.
Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. Inthe Mine. Nº62 Set/2016.	Legal hermeneutics applied to the Mining Law. Inthemine Magazine. Nº 62. September/2016.
Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. Inthe Mine. Nº61 Jul/2016. Disponível em: http://williamfreire.com.br/publicacao/hermeneutica-aplicada-ao-direito-minerario	Legal hermeneutics applied to the Mining Law. Inthemine Magazine. Nº 61. Jul/2016. Available in: http://williamfreire.com.br/publicacao/hermeneutica-aplicada-ao-direito-minerario
Mineração Direito e Deveres da União. In The Mine. Nº60 Jan/2016. Disponível em: http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-direitos-e-deveres-da-uniao	Mining: Federal Government's rights and duties. Inthemine. Nº 60. Jan/2016. Available in: http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-direitos-e-deveres-da-uniao
Brazil -The Mining Law Review. Nov 2015. Disponível em: http://williamfreire.com.br/publicacao/mining-law-review-brazil-2015/	Brazil – The Mining Law Review. Nov 2015. Available: http://williamfreire.com.br/publicacao/mining-law-review-brazil-2015/
Direitos por prazo determinado? In The Mine. Nº59 Jan/2015. Disponível em: http://williamfreire.com.br/publicacao/direitos-por-prazo-determinado/	Rights in particular time? In The Mine. No. 59 Jan / 2015. Available in: http://williamfreire.com.br/publicacao/direitos-por-prazo-determinado/
Proposta de Normatização (I) Regime Jurídico dos Rejeitos e Estéreis no Direito Brasileiro. In The Mine. Nº 58. Set/Out 2015. Disponível em: http://williamfreire.com.br/publicacao/proposta-de-	Proposal for Standardization (I) Legal Framework for Tailings and Sterile in Brazilian Law. Nº58 Sep / Oct 2015. Available: http://williamfreire.com.br/publicacao/proposta-de-



normatizacao-regime-juridico-dos-rejeitos-e-esterreis-no-direito-brasileiro/

Proteção do Direito Minerário. In The Mine .Nº 57 Jul/Ago 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/protacao-direito-minerario/>

Patrimônio Mineral – Gestão estratégica: de opção a necessidade impreterível. In The Mine. Nº56 Mai/Jun 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/patrimonio-mineral-gestao-estrategica-de-opcao-necessidade-impreterivel/>

Cessão Temporária: A complexa gestão dos arrendamentos do direito minerário. In The Mine. Nº 55 Março/Abril 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/cessao-temporaria-complexa-gestao-dos-arrendamentos-de-direitos-minerarios/>

Mineração não pode arcar cm a falta de agilidade do Estado. In The Mine. Nº54 Jan/Fev 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-nao-pode-arcar-com-falta-de-agilidade-estado/>

Entrevista: Um Advogado da causa Mineral. In The Mine.Nº54. Jan./Fevereiro 2015. Disponível em: <http://inthemine.com.br/site/index.php/edicao-54/>

Direito Minerário Brasileiro: fundamentos. / 巴西矿业法：基础 Nov/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/artigo.php?id=134>

Ação Civil Pública. Um panorama das ações julgadas pelo STF entre 1990 a maio de 2014. Jun/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acao.php?id=168>

Direito Ambiental do Inimigo. IntheMine. Nº 50. Abr/Mai 2014.

Ação Civil Pública. O Princípio da Precaução não pode ir a extremos, ignorando outros Princípios igualmente importantes como o da Legalidade, Razoabilidade e Proporcionalidade. Maio/2014. Disponível em:

normatizacao-regime-juridico-dos-rejeitos-e-esterreis-no-direito-brasileiro/

Protection of the Mining Law. In The Mine .Nº 57 Jul / Aug 2015. Available : <http://williamfreire.com.br/publicacao/protacao-direito-minerario/>

Heritage Mineral strategic -Management: option to unavoidable necessity. In The Mine. Nº 56 Mai/ Jun 2015. Available : <http://williamfreire.com.br/publicacao/patrimonio-mineral-gestao-estrategica-de-opcao-necessidade-impreterivel/>

Temporary assignment: The complex management of mineral rights leases. In The Mine. Nº 55 March / April 2015. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/cessao-temporaria-complexa-gestao-dos-arrendamentos-de-direitos-minerarios/>

Mining can not afford the state's lack of agility. In The Mine. No. 54 Jan / Feb 2015. Available at: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-nao-pode-arcar-com-falta-de-agilidade-estado/>

Interview: A Lawyer Mineral cause. In The Mine.N 54 °. Jan. / February 2015. Available in: <http://inthemine.com.br/site/index.php/edicao-54/>

Brazilian Mining Law: Fundamentals / 巴西矿业法：基础 Nov/2014 Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/artigo.php?id=134>

Public Civil Action. An overview of the actions judged by the Supreme Court between 1990 and May, 2014. Jun/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acao.php?id=168>

Enemy of the Environmental Law. . IntheMine. Nº 50. Abr/May 2014.

Public Civil Action. The Precautionary Principle may not be taken to extremes, ignoring other important principles such as legality, reasonableness, and proportionality. May/2014. Available in



<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

É nula a decisão em Ação Civil Pública que não examina quesitos formulados pela parte. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

ONG que não tem a proteção ambiental no seu objeto estatutário não tem legitimidade para propor Ação Civil Pública ambiental.

Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não cabe ao Judiciário invadir decisão de competência do Poder Legislativo. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não cabe bloqueio de bens do prefeito por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não cabe suspensão de obra, mesmo parcial, se a supressão de vegetação está respaldada em autorização do órgão ambiental. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não cabe antecipação de tutela se não há perigo de dano irreparável para o autor e há risco de prejuízo para o réu. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Mera irregularidade no preenchimento da Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF não sustenta o pedido de indenização. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. O Ministério Público deve confirmar a legitimidade passiva para a ação, não sendo suficiente a referência do réu em Auto de Infração do IBAMA. Maio/2014. Disponível em:

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. É inadequado o pedido para suspender continuidade do licenciamento ambiental, uma vez que esse ato administrativo, por si só, não tem poder de causar dano ambiental, além de ser

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

The Public Civil Suit decision that does not examine the questions posed by the party is void. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

An NGO that does not have environmental protection as its statutory purpose does not have legal standing to file an environmental Public Civil Suit. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. It is not the role of the Judiciary to interfere with a decision that is incumbent upon the Legislative Branch. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Freezing the assets of the Mayor for non-compliance with the Conduct Adjustment Declaration is not warranted. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Suspension of the works even partially is not warranted if the vegetation clearing is supported by an authorization by the environmental agency. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. There is no right to interim relief if there is no danger of irreparable harm to the plaintiff and there is a risk of loss to the defendant. May/2014. Available in: www.williamfreire.com.br/site/acoes.php

Public Civil Action. A mere irregularity in the filling out of the Authorization for Transport of Forest Products — ATPF does not constitute grounds for indemnification. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. The Public Prosecutor's Office should verify the standing to sue for the suit, the annotation on the IBAMA Notice of Infraction is not sufficient. May/2014. Available in

<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. It is inadequate the request to stay the environmental permitting process, as such administrative act *per se* does not have the power to cause environmental damage, in addition to being



indevida a intromissão do Ministério Público em atribuições dos órgãos ambientais. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta posterior, com objeto igual ou mais amplo que o objeto da ACP, constitui fato superveniente bastante para provocar a extinção da Ação Civil Pública, ainda que o TAC não seja decorrente da APC discutida. Abril/2014. Disponível em <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. A Ação Civil Pública não pode cumular pedido de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer e indenização em pecúnia. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. É irregular a liminar que extrapola o pedido inicial ou gera incerteza quanto ao seu alcance. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

A Ação Civil Pública não é meio processual idôneo para discutir constitucionalidade de lei municipal que cria Distrito Minerário. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não há que se falar em fechamento da empresa se os estudos ambientais ou a perícia mostram a possibilidade de compatibilização da atividade com a preservação ambiental. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ação Civil Pública que sustenta o descabimento da supressão de oito árvores exóticas, que impedem a duplicação do sistema viário, sem considerar todas as possibilidades de transplante e compensações, deve ser julgada improcedente. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não compete ao Ministério Público definir a destinação futura da área ocupada pela mineração. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

inappropriate any interference by the Public Prosecutor Officer with the attributions of environmental agencies. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. The execution of the subsequent Conduct Adjustment Agreement with the scope as comprehensive or more comprehensive than the scope of the ACP (Civil Action), with sufficient effect to cause to terminate the Civil Action, irrespective of whether or not the Agreement results from ACP in question. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

The Public Civil Action cannot accumulate request for compliance with positive or negative covenant and monetary penalty. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Any injunction extrapolating the initial claim or creating any uncertainty as to its attainment is irregular. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

The Public Civil Action is not the appropriate proceedings to discuss the constitutionality of the municipal law that creates the Mining District. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. The idea of shutting down the company must not be entertained if environmental studies or expert assessments show the possibility of making the activities compatible with environmental preservation. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Suppression of eight exotic trees, which prevent duplication of the road system - without taking into account all possibilities of transplantation and offsets - is to be considered invalid. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. It is not incumbent upon the Public Prosecutor Office to define the future destination of area occupied by mining. April/2014. Available in: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>



Ação Civil Pública. Não cabe obrigar a implantação e averbação de área de Reserva Legal em imóvel utilizado para mineração em Zona de Expansão Urbana. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. A decisão que reconhece a regularidade das atividades tem como consequência lógica negar o bloqueio de bens. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Simples ausência do Plano de Recuperação de Área Degradada não é elemento suficiente para paralisar e, com isso, inviabilizar empresa que possui seu Título de Lavra e Licença Ambiental. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. O não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta em razão de força maior elide a incidência da multa prevista no TAC. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. O valor da indenização por dano ambiental deve ter valor em quantia suficiente para desestimular novas ocorrências, mas não pode ser alto a ponto de inviabilizar a atividade da empresa. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ocorrência de perigo de lesão irreparável para o empreendedor é razão suficiente para afastar a liminar de paralisação da empresa. Abril/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Movimentação de terra e desmonte de materiais para abertura de vias e terraplenagem sem comercialização do material. Atividade mineral não configurada. Mar/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ruído e emissão de material particulado. A produção de prova deficiente do Ministério Público importa na rejeição do pedido. Mar/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Ordering the implementation and annotation of Legal Reserve area in real property used for mining in urban Expansion Zone is not applicable. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. The decision recognizes compliance of the activities, having as logical consequence rejection of asset freezing. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Nonexistence of a Plan for Rehabilitation of Degraded Area is no reason for stoppage, which will render the company with Mining Lease and Environmental Permit unable to operate. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Failure to comply with the Conduct Adjustment Agreement (TAC) for reason of force majeure results in the application of fine as provided for in the TAC. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. The value of the indemnity for environmental damage must be enough to discourage new occurrences, but not so high as to make unfeasible company activities. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Risk of irreparable damage to project owner is enough reason to dismiss injunction for company shutdown. April/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Earth handling and disassembling of material for opening of access ways and earthworks with no commercialization of material. Mining activity not represented. March/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Noise and emission of particulates. Poor evidence presented by the Public Prosecutor Office results in dismissal of the request. March/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>



Ação Civil Pública. Ação ajuizada contra empresa com licenciamento ambiental, que já havia apresentado o plano para recuperação ambiental e iniciado a restauração da vegetação ciliar. Improcedência. Mar/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Não cabe Ação Civil Pública para impedir o órgão ambiental de conduzir o processo de licenciamento e decidir quanto a seu cabimento. Mar/2014.
Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Atividade Irregular. Descabimento de retenção e lacre de equipamentos de prestador de serviço. Mar/2014.
Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Instrução deficiente pelo Ministério Público. O pedido de liminar deve vir acompanhado não só da demonstração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, mas também de todos os requisitos do art. 273 do CPC, inclusive a demonstração da ausência de perigo da irreversibilidade, considerando o caso concreto, sob pena de indeferimento. Mar/2014.
Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Execução de Título Judicial em razão de julgado em Ação Civil Pública. Multa diária por inexecução de obrigação de fazer. Limite do total da cobrança. Mar/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública e Mineração. IntheMine. Nº 49. Fev/Mar 2014.

Meio Ambiente e Ação Civil Pública. Fev/2014. Disponível em:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Inquérito Civil ou Ação Civil Pública. IntheMine. Nº 48. Dez/Jan 2013. Disponível em:

Public Civil Action. Action filed against company with environmental permit, which had already submitted an environmental rehabilitation plan and started the recovery of riparian vegetation. Groundlessness. March/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action is not applicable to prevent the environmental agency from conducting the environmental permitting process and deciding on its admissibility. March/2014.
Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Irregular activity. Non-admissibility of retention and seal of service provider's equipment. March/2014.
Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action. Inadequate production of evidence by the Public Prosecutor. The motion for injunction must be accompanied not only of proof of *fumus boni iuris* and *periculum in mora*, but also of all requirements of article 273 of CPC, including evidence of no risk of irreversibility, taking into account the actual case, under penalty of denial. March/2014.
Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Execution of court order due to decision in Public Civil Action. Daily fine for failure to fulfill positive covenant. Limitation on total fine: the value of the fine cannot be higher than the main obligation to recover the degraded area. March/2014. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Public Civil Action and Mining. IntheMine. Nº 49. Fev/Mar 2014.

Environment and Public Civil Action. Available in:
<http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Civil survey or Public Civil Action. IntheMine. Nº 48. Dec/Jan 2013. Available:



<http://williamfreire.com.br/publicacao/inquerito-civil-ou-acao-civil-publica/>

Segurança para o investimento. IntheMine. Nº 47. Out/Nov 2013. Disponível em:

<http://williamfreire.com.br/publicacao/seguranca-para-o-investimento/>

Direito Minerário Comparado. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 08/Nov/2013.

Direito Minerário: fundamentos e hermenêutica. Em Aspectos Controvertidos do Direito Minerário e Ambiental. Jurídica Editora. 2013.

Brazilian Legal Mining Framework under Decree-Law 227/67. Disponível em: http://www.institutowilliamfreire.org.br/?id_pagina=976

Arbitragem em Mineração. Inthemine. Nº 46. Ago/Set 2013.

Marco Regulatório: a oportunidade perdida. IntheMine. Nº 45. Jun/Jul 2013.

Ainda sobre o Marco Regulatório. IntheMine. Nº 44. Abr/Mai 2013.

Marco Regulatório da Mineração: mitos e verdades. IntheMine. Nº 43. Fev/Mar 2013.

Direito Minerário Comparado: África. Aspectos legais da atividade em quatro países: Namíbia, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia. IntheMine. Nº 42. Dez/Jan 2012.

Direito Minerário Comparado: África. Aspectos legais em uma das novas fronteiras de expansão da atividade. IntheMine. Nº 41. Out/Nov 2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-africa/>

Direito Minerário Comparado: Ásia. IntheMine. Nº 40. Ago/Set 2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-asia/>

<http://williamfreire.com.br/publicacao/inquerito-civil-ou-acao-civil-publica/>

Security for investment. Inthemine. Nº 47. Oct/Nov 2013. Available:

<http://williamfreire.com.br/publicacao/seguranca-para-o-investimento/>

Mining Law Compared. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 08/Nov/2013.

Mining Law: fundamentals and hermeneutics. Controversial Aspects in the Mining Law and Environmental. Jurídica Editora. 2013.

Brazilian Legal Mining Framework under Decree-Law 227/67. Available in: http://www.institutowilliamfreire.org.br/?id_pagina=976

Arbitration in Mining. Inthemine. Nº 46. Aug/Sep 2013.

Regulatory Mining: myths and truths. Inthemine. Nº 45. Jun/Jul 2013.

Still on the Regulatory Framework. IntheMine. Nº 44. Abr/Mai 2013.

Marco Regulatório da Mineração: mitos e verdades. IntheMine. Nº 43. Feb/Mar 2013.

Compared Mining Law: Africa. Legal aspects of the activity in four countries: Namibia, Nigeria, Tanzania and Zambia. IntheMine. Nº 42. Dec/Jan 2012.

Compared Mining Law: Africa. Legal aspects in one of the new frontiers of expansion of activity. IntheMine. Nº 41. Oct/Nov 2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-africa/>

Comparative Mining Law: Asia. IntheMine. Nº 40. Ago/Set/2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-asia/>



A mineração e o novo código florestal. IntheMine. Nº 39. Jun/Jul/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-e-o-novo-codigo-florestal/>

Direito Minerário Comparado: Austrália. IntheMine. Nº 38. Abr/Mai/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-australia/>

Direito Minerário Comparado: Canadá. IntheMine. Nº 37. Fev/Mar/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-canada/>

Direito Minerário: reflexões. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 13/Fev/2012.

Direito Minerário Comparado: China. IntheMine. Nº 36. Dez/Jan/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-china/>

Direito Minerário Comparado: Peru. Nº 35. Out/Nov/2011. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-peru/>

Direito Minerário Comparado: Princípio de Prioridade. Nº 34. Ago/Set/2011. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-principio-de-prioridade/>

Direito Minerário Comparado: África do Sul. IntheMine. Nº 33. Jun/Jul/2011.

Direito Minerário Comparado: Chile. IntheMine. Nº 32. Abr/Mai/2011. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-chile/>

Política Mineral e Direito Minerário. O que o Brasil pode aprender com outros países. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 20/Jun/2011.

Mineração e os desafios para um novo marco regulatório. Revista Jurídica Consulex. Nº 336. Ano XV. Jan/2011.

Mining and the new Forest Code. IntheMine. Nº 39. Jun/Jul/2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-e-o-novo-codigo-florestal/>

Comparative Mining Law: Australia. IntheMine. Nº 38. Apr/May/2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-australia/>

Comparative Mining Law: Canada. IntheMine. Nº 37. Feb/Mar/2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-canada/>

Mining Law: Reflections. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 13/Feb/2012.

Comparative Mining Law: China. IntheMine. Nº 36. Dec/Jan/2012. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-china/>

Comparative Mining Law: Peru. IntheMine. Nº 35. Oct/Nov/2011. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-peru/>

Comparative Mining Law: Principle of Priority Nº 34. IntheMine. Agu/Sep 2011. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-principio-de-prioridade/>

Comparative Mining Law: South Africa. Nº 33. IntheMine. Jun/Jul/2011.

Comparative Mining Law: Chile. Nº 32. IntheMine. Apr/May/2011. Available: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-chile/>

Mineral Policy and Mining Law. What Brazil can learn from other countries. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 20/Jun/2011.

Mining and the challenges for a new regulatory framework. Revista Jurídica Consulex. Nº 336. Year XV. Jan/2011.



Interesse Nacional – O regime jurídico do aproveitamento das riquezas minerais no contexto de Direito Comparado. IntheMine. Nº 31. Fev/Mar/2011. Política Mineral e sua materialização na lei. IntheMine. Nº 30. Nov/Dez/2010.	National Interest - legal framework for exploitation of mineral wealth in the context of Comparative Law. IntheMine. Nº 31. Feb/Mar/2011. Mineral Policy and its embodiment in the law. IntheMine No. 30 Nov/Dec/2010.
O Contexto da Lei – Registro para futura interpretação histórica do Marco Regulatório da Mineração. IntheMine. Nº 29. Set/Out/2010.	The Context of the Law - Record for future historical interpretation of the mining legal and regulatory framework. IntheMine No. 29 Sep/Oct/2010.
Natureza Jurídica da Concessão de Lavra. IntheMine. Nº 28. Jul/Ago/2010.	Legal nature of mining concession. IntheMine. Nº. 28. Jul/Aug/2010.
Direito Ambiental: direito de terceira geração e reflexos de sua importância. IntheMine. Nº 27. Mai/Jun/2010.	Environmental law - third generation law and consequences of its importance. IntheMine. Nº 27. May/Jun/2010.
Dimensões da Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. IntheMine. Nº 26. Mar/Abr/2010.	Hermeneutic dimensions applied to Mining Law. IntheMine. Nº 26. Mar/Apr/2010.
O Novo Marco Regulatório da Mineração e a Experiência Internacional. IntheMine. Nº 25. Jan/Fev/2010.	The new legal and regulatory framework for mining and the international experience. IntheMine. Nº 25. Jan/Feb/2010.
O Marco Regulatório da Mineração, o Direito de Prioridade estudado a partir do direito comparado e a oportunidade de acabar com as filas na porta do DNPM e reduzir sensivelmente as especulações. Disponível em: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=66 . Mar/2010.	The Mining Regulatory Framework, the Right of Priority studied from the standpoint of comparative law and the opportunity to do away with the lines formed at the door of DNPM and to significantly reduce speculation. Available at: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=66 . Mar/2010.
Direito Minerário: Fundamentos. Disponível em: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=64 . Fev/2010.	Mining Law. Fundamentals. Available at: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=64 . Feb/2010.
A importância do marco regulatório. IntheMine. Nº 24. Dez/Nov/2009.	The importance of the new legal and regulatory framework. IntheMine. Nº 24. Nov/Dec/2010.
O princípio da continuidade da pesquisa e lavra em função do interesse nacional da mineração: uma breve análise de dispositivos do Código de Mineração sob a égide do §1º, art.176 da Constituição da República. Advocatus Pernambuco. Out/2009.	The principle of continuity of exploration and extraction in light of the national mining interests: a brief analysis of the provisions of the Mining Code from the standpoint of paragraph 1, article 176 of the Federal Constitution Advocatus Pernambuco. Oct/2009.
Mineração no Brasil. Diferenças Regionais e o custo-Brasil e o custo-Estado. IntheMine. Nº 23 Set/Out/2009.	Mining in Brazil. Regional differences and the Brazil-cost and State-cost. IntheMine. Nº. 23. Sep/Oct/2009.



Confiança e Transparência. IntheMine. Nº 22. Jul/Ago/2009.	Trust and transparency. IntheMine. Nº 22. Jul/Aug/2009.
Características da Mineração e seus reflexos no Direito Minerário. Disponível em: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=54 . Jul/2009.	Mining Characteristics and their repercussion on Mining Law. Available at: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=54 . Jul/2009.
Características da Mineração e seus Reflexos no Direito Minerário. Estado de Minas. Jul/2009.	Mining Characteristics and their repercussions on Mining Law. Estado de Minas. Jul/2009.
Competência ambiental. IntheMine. Nº 21. Mai/Jun/2009.	Environmental Competence. IntheMine. Nº 21. May/Jun/2009.
Hermenêutica Aplicada ao Direito Minerário. IntheMine. Nº 20. Mar/Abr/2009.	Hermeneutics Applied to Mining Law. IntheMine. Nº 20. Mar/Apr/2009.
A Mina como Garantia. IntheMine. Nº 19. Jan/Fev/2009.	The Mine as Guarantee. IntheMine. Nº 19. Jan/Feb/2009.
Princípios do Direito Ambiental. Disponível em: http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=42 . Fev/2009.	Principles of Environmental Law. Available at: www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=42 . Feb/2009.
Fundamentos do Direito Ambiental aplicados às siderúrgicas. Disponível em: www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=44 Fev/2009.	Fundaments of Environmental Law Applied to Steel Plants. Available at: www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=44 . Feb/2009.
Bases do regime jurídico das usinas sucro alcooleiras. Disponível em: www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=43 Jan/2009.	Bases of the legal system for Sugarcane/Ethanol Plants. Available at: www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=43 . Jan/2009.
Muita Calma Nessa Hora. IntheMine. Nº 18. Nov/Dez/2008.	Go Slowly at a Time Like This. IntheMine. Nº 18. Nov/Dec/2008.
Terras Indígenas e o Artigo 176 da Constituição. IntheMine. Nº 17.Set/Out/2008.	Indigenous Lands and Article 176 of the Constitution. IntheMine. Nº 17.Sep/Oct/2008.
As Servidões da Mineração. IntheMine. Nº 16. Jul/Ago/2008.	Mining Easements. IntheMine. Nº 16. Jul/Aug/2008.
Doutrina Moderna Sobre o Direito de Propriedade Minerário. IntheMine. Nº 14. Mar/Abr/2008.	Modern Legal Thought on Mining Property Law. IntheMine. No 14. Mar/Apr/2008.
Abuso de Poder e Abuso de Autoridade. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=470 . Jan/2008.	Abuse of Power and Abuse of Discretion. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=470 . Jan/2008.
A Mineração a quem de Direito. IntheMine. Nº 13. Jan/Fev/2008.	Mining and Who Has the Rights. IntheMine. Nº 13. Jan/Feb/2008.
Direito Minerário. IntheMine. Nº 12. Nov/Dez/2007.	Mining Law. IntheMine. Nº 12. Nov/Dec/2007.



Regime Jurídico dos Recursos Minerais Brasileiros. VII Congresso Latino-americano e do Caribe de Direito Minerário. Buenos Aires, Argentina e na Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Vol. 13. Nov/2007.

Direito Minerário e Direito Ambiental: sua integração e seus conflitos. VII Congresso Latino-americano e do Caribe de Direito Minerário. Buenos Aires. Argentina. Nov/2007.

A Ação Civil Pública é via processual inidônea para forçar empresas a se regularizarem perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais. Jornal O Tempo/Caderno Cidades. Out/2007.

Direito Minerário e Ambiental. IntheMine. Nº 11. Set/Out/2007.

Natureza subjetiva das sanções administrativas ambientais. Disponível em: <www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=467> Set/2007.

Entrada de agente ambiental em estabelecimento industrial sem se anunciar, pelos fundos, configura violação de domicílio. Jornal O Tempo/Caderno Cidades. Jun/2007.

Regime jurídico dos recursos minerais no direito brasileiro: regime constitucional brasileiro e aproveitamento das riquezas minerais. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm>

Regime Constitucional dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. Disponível em: www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=111

Código de Mineração completa 40 anos: vivas ou réquiem? Jornal O Tempo, Caderno Cidades. Fev/2007.

Brazilian Mining Law in a Nut Shell. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=460

Gestão de Crises Ambientais. Jornal O Tempo, Caderno Cidades. Out/2006.

Legal Regime of the Brazilian Mineral Resources. VII Latin-America and Caribbean Congress. Buenos Ayres. Argentina Lawyers' Institute of Minas Gerais Law Review. Nov/2007.

Mining Law and Environmental Law: their integration and conflicts. VII Latin-America and Caribbean Congress. Buenos Ayres. Argentina. Nov/2007.

The Civil Public Action is an inappropriate procedural means to force companies to regularize their status at the DNPM or environmental agencies, or to annul environmental licenses. Tempo Newspaper, section "Cidades". Oct/2007.

Mining and Environmental Law. IntheMine. Nº 11. Sep/Oct/2007.

Subjective nature of administrative environmental penalties. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=467> Set/2007.

Entry of environmental officer in an industrial establishment without prior identification, through the back door, represents a break-in. Tempo Newspaper, section "Cidades". Jun/2007.

Legal framework of mineral resources in Brazilian law – Brazilian constitutional framework and exploitation of mineral wealth. Available at: www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm.

Constitutional Regime of the Mineral Resources in the Brazilian Legal System. Available at: www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=111.

Mining Code turns 40: celebration or mourning? O Tempo newspaper, section "Cidades". Feb/2007.

Brazilian Mining Law in a Nut Shell. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=460.

Environmental crisis management. O Tempo Newspaper, section "Cidades". Oct/2006.



Despolitização do licenciamento ambiental. <i>Jornal O Tempo</i> , Caderno Cidades. Jun/2006.	Depoliticization of environmental licensing. <i>O Tempo Newspaper</i> , section "Cidades". Jun/2006.
Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas <i>in</i> canal Doutrina do Portal Jurídico da Editora Saraiva. Disponível em: www.sarai.vajur.com.br .	Protection of the speleological heritage and possibility of suppression of natural underground cavities. In: The Doutrina channel of the Legal Portal of Editora Saraiva. Available at: www.saraivajur.com.br .
Poder de polícia do DNPM <i>in</i> Direito Minerário Aplicado. Mandamentos. 2003.	Police power of the National Department of Mineral Production. In: Applied Mining Law. Mandamentos, 2003.
Legitimidade Ativa no Procedimento para Avaliação da Indenização Judicial por Servidão Mineral. <i>in</i> Revista de Direito Minerário 15/28. vol 2. 2000	Active legitimacy in the procedure for evaluation of legal indemnity for mineral easement. In: Mining Law Review 15/28. Vol. 2. 2000.
A Melhor Lição é o Exemplo. Areia e Brita. Nº 11. Jul/Ago/Set. 2000.	Lessons are the best example. Areia e Brita. Nº 11. Jul/Aug/Sep/2000.
Consórcio de Mineração. <i>in</i> Revista de Direito Minerário 1/21. 1997.	Mining Consortium. In: Mining Law Review 1/21. 1997.
Mineração: Reforma Constitucional não Basta. Tecnologia Hoje. IETEC. Ago/1995.	Mining: Constitutional Reform is not Enough – Tecnologia Hoje. IETEC. Aug/1995.
Mineração e Reforma Constitucional – Tecnologia Hoje. IETEC. Jan/1995.	Mining and Constitutional Reform – Tecnologia Hoje. Jan/1995.
Regime Constitucional da Mineração e do Meio Ambiente nos Países Sul – Americanos – Bahia, Análise de Dados. Vol. IV. Jun/1994.	Constitutional Regime of Mining and the Environment in South America – Bahia, Análise de Dados. Vol. IV. Jun/1994.
Patrimônio ameaçado. Estado de Minas. Jun/1990.	Endangered Assets. Estado de Minas. Belo Horizonte. Jun/1990.
Direito de jazidas minerais. Estado de Minas. Jan/1991. Mineração Reclama novo código. <i>Jornal do Advogado</i> . Jan/Mar/1991.	Mineral deposit law. Estado de Minas. Jan/1991. Mining demands new code. <i>Jornal do Advogado</i> . Belo Horizonte. Jan/Mar/1991.
Mineração e Meio Ambiente. Estado de Minas. Out/1990.	Mining and the Environment. Estado de Minas. Belo Horizonte. Out/1990.
Crime ambiental. Polícia ambiental. Descabimento de uso de algemas, exceto em caso de violência ou resistência à prisão do infrator. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=434 .	Environmental Crime. Environmental Police. Inappropriateness of usage of handcuffs, except for cases of violence or resisting arrest. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=434 .



Princípio da Legalidade. Competência. Ameaça. Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documentos não configura crime de desobediência. Disponível em: http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=436.

Proteção do Patrimônio Espeleológico e Possibilidade de Supressão de Cavidades Naturais Subterrâneas. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=453.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Decreto 5.746/06. Regulamentação federal. Regulamentação nos Estados de Minas Gerais e Goiás. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=443.

Regime Jurídico dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. Disponível em: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=464.

PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS LIGADOS À MINERAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE

Diretor do Departamento de Direito das Minas e Energia do Instituto dos Advogados de Minas Gerais – IAMG.

Membro da Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.

Membro da Comissão Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM.

Ex-Presidente do Comitê de meio ambiente da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM.

Legality Principle. Competence. Threat. Non-compliance with notification issued by IBAMA to submit documents does not constitute crime of disobedience. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=436.

Protection of Speleological Assets and Possibility of Suppression of Natural Subterranean Cavities. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=453.

Private Natural Heritage Reserve – RPPN. Decree 5.746/06. Federal Regulation. Regulation in the States of Minas Gerais and Goiás. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=443.

Legal Framework of Mineral Resources in Brazilian Law. Available at: www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=464.

MEMBERSHIP IN AGENCIES RELATED TO MINING AND THE ENVIRONMENT

Director of Mining and Energy Law Department at the Minas Gerais Lawyer Institute – IAMG.

Member of the Technical Commission for Legal Affairs of the Brazilian Mining Institute – IBRAM

Member of the Technical Commission for Sustainable Development of the Brazilian Mining Institute – IBRAM.

President of Brazilian Mining Law Institute – IBDM.

Ex-Chairperson of the Environmental Committee of the American Chamber of Commerce – AMCHAM.



PREMIAÇÕES

Os mais admirados do Direito. Revista Análise Advocacia – Categoria Direito Ambiental. Pela sexta vez, em 2013, tanto o Escritório, quanto o seu titular, William Freire, foram reconhecidos entre os mais admirados pelas empresas.

AWARDS

The most admired in Law - Category Environmental Law. For the sixth time, in 2013 both the Law Office as well as its senior partner, William Freire, achieved recognition as the most admired by the companies.



NS ACÓRDÃOS, DECISÕES JUDICIAIS, PARECERES ADMINISTRATIVOS EM QUE WILLIAM FREIRE É CITADO COMO REFERÊNCIA DOUTRINÁRIA

Appellate decisions, judicial decisions, Administrative Opinions in which William Freire is mentioned as a legal scholar reference

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 1.0710.06.013183-0/001. Gilberto Batista Diniz. Votorantim Metais Zinco S/A. Relator: Des. Wagner Wilson Ferreira. 25 de janeiro de 2017. Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível 1.0567.07.106566-6/001. Clube Albert Scharle. Mineração Minas Bahia. Relator: Des. Moacyr Lobato. 30 de julho de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0319.13.002445-2/002. Antônio Duarte. Vale S/A. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 04 de julho de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0710.09.020564-6/001. Votorantim Metais Zinco S/A. Gilberto Mach Barreto e Outros. Relator: Des. Antônio Bispo. 24 de março de 2011. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jul. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0193.05.013308-4/001. Cobre Sul Mineração Ltda. Iramim Rufino. Relator: Des. Luciano Pinto. 21 de novembro de 2006. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0319.09.040162-5/001. Funchal LTDA. Dr. Geraldo Magela Reis Alves. Relator: Des. Anacleto Rodrigues. 03 de junho de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Out. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Nº 1.0362.01.010329-3/002. Arcelormittal Bioenergia LTDA. Minersa Mineração Rio Santo Antonio LTDA. Relator: Des. Anacleto Rodrigues. 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo Interno Nº 1.0034.12.005251-8/004. Relator: Des. Eduardo Mariné da Cunha. 11 de fevereiro de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Out. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.002662-2/001. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Jacinto Luiz Ferreira e Maria De Andrade Ferreira. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 26 de setembro de 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0672.12.031110-1/001. Maria de Lourdes Cardoso dos Santos Godoi e seu marido Homero Carvalho de Godoi. Minasilício GMA Mineradora LTDA. Relator: Des. Leite Praça. 22 de agosto 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração-Cv 1.0000.12.058080-8/001. Kinross Brasil Mineração S/A. Clóvis Torres lima, Maria Torres de Lima, Selma Regina Coelho Lima, Cleide Pinheiro Lima da Cunha, Antônio Marcos Lopes da Cunha, Cláudio Torres Lima. Relator: Des. Wander Marotta. 02 de agosto de 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Setembro, 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0175.11.002787-7/001. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Cláudia Maria Ferreira de Andrade, Elizabeth Andrade da Silva, Geraldo Ferreira de Andrade, José Edson Ferreira de Andrade, Luiz Eusébio da silva, Maria de Fátima Martins Andrade, Rubens Ferreira de Andrade e Outros. Relator: Des. Tibúrcio Marques. 11 de julho de 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0175.11.002063-3/001 Marcus Hermogeneses de Almeida e Silva. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 22 de novembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Reclamação 1.0000.12.058080-8/000. Clóvis Torres Lima e Outro. JD 1 V CV Comarca Paracatu. Relator: Des. Wander Marotta. 10 de outubro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível 1.0024.07.660365-3/001. Mineração Phoenix. Rio Rancho Agropecuária S/A. Relator: Des. Otávio Portes. 5 de setembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. set 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.001922-1/001. Elis Regina de Oliveira Lima e seu marido José Jordano Lima. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 23 de abril de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.001932-0/001. Geroliza de Maura de Souza Thomaz. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Relator: Des. Tibúrcio Marques. 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração-Cv 1.0090.11.002523-7.002. Felipe Faria Ferraz. MIB Mineração Ibitiré LTDA. Relatora: Des^a. Selma Marques. 11 de janeiro 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cível Nº 1.0175.11.002063-3/001. Marcus Hermógenes de Almeida e Silva. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração SA. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 30 de novembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Mai. 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0702.08.432284-2/003. José Humberto Marçal Júnior. Banco BMG S/A. Relator: Des. Eduardo Mariné da Cunha. 17 de março de 2011. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0133.09.052564-2/002. Juarez Soares de Oliveira e outros. CODEMIG CIA Desenvolvimento Econômico Minas Gerais. Relator: Des^a. Maria Elza. 29 de novembro de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0133.10.001013-0/002. Maria de Fátima Nunes de Oliveira. CODEMIG CIA Desenvolvimento Econômico Minas Gerais. Relator: Desª Maria Elza. 25 de novembro de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0569.05.003931-6/001. Vicente Eustáquio da Matta; José Carlos Rodrigues e outros e Valéria Silveira Skaff. Relator: Des. Marcos Lincoln. 12 de janeiro de 2011. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0470.02.006542-6/002. Rio Paracatu Mineração S/A. Augusto Ferreira Albernaz. Relator: Des. Luciano Pinto. 09 de novembro de 2006. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0278.07.005014-3/001. Mineração Minas Bahia S/A. DNPM Depto. Nacional de Produção Mineral. Relator: Des. Pedro Bernardes. 25 de maio de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 375.456-9. Mineração Mateus Leme LTDA. Lamil Lage Minérios LTDA. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de junho 2003. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento nº 307.956-1. José Machado Neto. Goulart Gomes. Relator: Des. Jarbas Ladeira. 28 de março 2001. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0134.07.077936-5/001. Elias Jerônimo Ferreira. DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral. Relator: Des. Osmando Almeida. 02 de fevereiro de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0433.02.046709-1/002. CREDINOR COOP CRED Rural Norte Minas LTDA. Antônio Gaspar de Figueiredo Bessa. Relator: Des. Tarcisio Martins Costa. 07 de abril de 2009. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Reexame Necessário Cível Nº 1.0394.06.059335-4/001. Supermercado Coelho Diniz LTDA. IEF Inst. Estadual Florestal. Relator: Des. Caetano Levi Lopes. 28 de abril de 2009. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0525.02.006673-0/001. Sul Mineira Empresa Mineração LTDA. Hiran Pereira Marcos da Rocha. Relator: Desª. Márcia de Paoli Balbino. 24 de abril de 2008. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo Nº 1.0180.06.031290-7/001. João Damião de Oliveira e sua mulher. CSN CIA Siderúrgica Nacional. Relator: Des. Wagner Wilson. 22 de novembro de 2007. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0479.04.083070-1/002. Banco ABN AMRO REAL S/A. Alexander Ferreira Costa. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 21 de setembro de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0261.98.002267-5/003. José Carlos de Castro Couto e outros (a)(s). José Honorato de Castro Espólio e outros. Relator: Des. Nilson Reis. 08 de agosto de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 1.0647.05.055647-9/001. Carlos Carmo Andrade Melles. Antonino José Amorim. Relator: Des. Saldanha da Fonseca. 12 de julho de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0362.04.037547-3/001. CAF – Santa Bárbara LTDA. Hermes da Fonseca. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 19 de abril de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 2.0000.00.514723-7/000. Auto Kamel LTDA. Fabiano Pacheco Cardoso. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 06 de outubro de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 2.0000.00.498640-1/000. Pneus Planalto LTDA. Banco ABN AMRO REAL S.A. Relator: Des. Antônio Sérvulo. 21 de setembro de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 2.0000.00.486.209-9/000. José Aparecido Fonseca e outro. Victor Hugo Eduardo Soler Montalvo e outro. Relator: Des. Dídimo Inocência de Paula. 20 de setembro de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 498.641-8. Stravaganza Modas LTDA e outros. Banco do Brasil S/A. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 23 de junho de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 458.434-1/01. Casa Jequitibá LTDA. ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 20 de abril de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 462.711-2. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Wilson Rodrigues da Silva. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 11 de março de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 482.529-0. Jorge Antônio Pinto e outros. Felipe Loureiro. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 10 de março de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 418.458-9. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. José Soares Vilela. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de março de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 417.286-9. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Vicente de Paula Fonseca. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de março de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 478.344-8. Joaquim Mendes Pego e outro. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 24 de fevereiro de 2005. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 435.976-6/01. Associação dos Proprietários do Residencial Veredas das Gerais. Olavo Araújo Dias. Relator: Des. Tarcisio Martins Costa. 26 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 435.339-3. Augustinho Lourenço da Cruz. Mineração Idelma LTDA. Relator: Des. José Amancio. 29 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 387.199-0/03. Flávio Henrique de Paula. Automaco Comercial e importadora LTDA. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 28 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 455.475-0/01. Adauto Marques de Paiva e outros. Banco Bamerindos do Brasil S/A – Bamerindos em liquidação. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 07 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 424.443-5/01. Sandra Miranda da Silva. Banco Rural S.A. Relator: Des. Tarcisio Martins da Costa. 21 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 418.952-2/01. Pif Paf S/A Indústria e Comércio. João Batista de Souza Faustino e outro. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 02 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0000.00.348331-0.000. Glenn Alberto Iken. Estado Minas Gerais. Relator: Des. Moreira Diniz. 19 de agosto de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 454.622-5. Rio Sul Turismo LTDA. Cia. de Seguros Minas – Brasil. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 01 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 431.507-5. ALCAN Alumínio do Brasil LTDA. Espólio de João Henrique de Carvalho e Alverinda Nunes da Silva. Relator: Des. Elias Camilo. 02 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 430.162-2. Rogério Maciel Ferreira. Real Previdências e Seguros S.A. Relator: Des. D. Viçoso Rodrigues. 17 de junho de 2004. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 448.747-0. Consavel Administradora de Consórcios LTDA. Leonardo Araújo Salomão. Relator: Des. Pereira da Silva. 24 de junho de 2004. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 396.125-9/01. João Batista Henrique de Jesus e outra. Maristela Coelho Morais. Relator: Des. Tarcisio Martins Costa. 11 de maio de 2004. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 402.350-1. Allcoffee Exportação e Comércio LTDA. Cia. Real de Investimento - Crédito, Financiamento e Investimento e outros. Relator: Des. Edgard Penna Amorim. 16 de setembro de 2003. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 000.267.552-8/00. KMN Mineração LTDA. Município Belo Vale Prefeito Mun. Belo Vale. Relator: Des. Pedro Henriques. 12 de agosto de 2002. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 325.203-3. Andrezina Maria Felizarda da Silva. Ana Maria Teixeira Lourenço e interessado. Relator: Des. Delmival de Almeida Campos. 20 de fevereiro de 2001. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 322.909-8. Brasmic Mineração LTDA. Marsil LTDA. Relator: Des. Jarbas Ladeira. 21 de fevereiro de 2001. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 000.174.990-2/00. Luis Carlos da Silva. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Des. Páris Peixoto Pena. 30 de maio de 2000. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 454.622-5. Rio Sul Turismo Ltda. e Cia. de Seguros Minas-Brasil. Relator: Des. Saldanha da Fonseca. 01 de setembro de 2004. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0175.02.001930-3/001. Marcio Geraldo da Silva Costa e Outro e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Des. Dárcio Lopardi Mendes. 12 de junho de 2006. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0003.09.033223-4/001. Adailton Eduardo da Silva e Outros e CIA Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG. Relator: Des. Antônio Sérvulo. 17 de agosto de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Out. 2010.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Acórdão. Apelação Cível 19990110832948APC. Apelante: Célio Augusto Pedrosa. Apelado: Empresa de Mineração Serra do Encanto Ltda. e Outros. Relator: Lécio Resende. 21 de julho de 2008. Disponível em: <www.tj.df.gov.br>. Belo Horizonte, MG. Outubro, 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Acórdão. Apelação Cível 19990110832948APC. Célio Augusto Pedrosa. Empresa de Mineração Serra do Encanto LTDA e outros. Relator: Des. Lécio Resende. 9 de Julho de 2008. Disponível em: <www.tj.df.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

Tribunal de Justiça da Paraíba



BRASIL. Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. Acórdão. Agravo de Instrumento Classe II N°11.546. Sebastião Pereira Soares e Diagem do Brasil Mineração Ltda. Relator: Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.pb.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

Tribunal de Justiça do Espírito Santo

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento N°008119000233. Banco do Estado do Espírito Santo S/A BANESTES. VMM Gran Indústria de Rochas LTD e outros. Relator: Des. Ronaldo Gonçalves de Souza. 26 de junho de 2012. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento N°38109000216. Almir José Delmagro. Granlima Indústria e Comércio de Granitos Ltda. Relator: Des. Elisabeth Lordes. 31 de maio de 2010. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento N°0902672-74.2011.8.0000 (008119000092). Anthero Herzog Junior. Rocha Branca Mineração Comércio e Exportação Ltda. Relator: Des^a. Janete Vargas Simões. 31 de julho de 2012. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jun, 2015.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível N° 2014.070322-6. Comércio e Extração de Areia Santa Ana Ltda EPP. Fundação do Meio Ambiente FATMA. Relator: Des. Luiz Fernando Boller. 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível N° 2013.018675-7. Carbonífera Belluno Ltda. Irma Filomena Moretti e outros. Relator: Henry Petry Junior. 26 de março de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Conflito de Competência N° 2015.008015-2. Juízos da 1ª Vara Cível e da 2ª Vara Cível. Relator: Gaspar Rubick. 15 de abril de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível N° 2011.049398-6. Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda e outros. Relator: Cláudio Valdyr Helfenstein. 18 de outubro de 2012. Disponível em: <www.tjsc.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível N° 2008.055145-3. Carbonífera Metropolitana S/A e Camila Rossi e outros. Relator: Des. Pedro Manuel Abreu. 24 de maio de 2011. Disponível em: <www.tjsc.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Mai. 2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 96.002080-2. Carbonífera Belluno Ltda. e Hortência Nandi Fernandes e Maria Zanin Fernandes. Relator: Des. Pedro Manoel Abreu. 27 de junho de 1996. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 1997.013760-5. Simas Imobiliária, Comércio e Prestação de Serviços Ltda. e RS Terraplanagem e Comércio de Areia Ltda. Relator: Des. Pedro Manoel Abreu. 12 de março de 1998. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N°2004.031762-2. Haylor Delambre Dias e Érico Guarnieri Indústria e Comércio S/A. Relator: Des. Newton Janke. 09 de junho de 2008. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N°01003875-7. Mineração Rio do Ouro Ltda. e Calwer Mineração Ltda. Relator: Des. Orli Rodrigues. 18 de maio de 2004. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível em Mandado de Segurança N°5.818. Município de Barra Velha e Outros e Porto de Areia Santa Maria – ME e Outros. Relator: Des. Amaral e Silva. 19 de março de 1996. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

Tribunal de Justiça do Mato Grosso

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N°20984/2005. Almir Mendonça e Mineração Santa Elina Indústria e Comércio. Relator: Des. José Zuquim Nogueira. 10 de agosto de 2005. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 4929-02.2000.8.11.0000-4929/2000. Diagem do Brasil Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 4928-17.2000.8.11.0000-4928/2000. Diagem do Brasil Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Acórdão. Apelação Cível N°1000.075706-8/0000-00. Urucum Mineração S.A. e Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. Relator: Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan. 14 de setembro de 2004. Disponível em: <www.tjms.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.

Tribunal de Justiça de São Paulo

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Agravo de Instrumento N°2121340-86.2014.8.26.0000. Alberto Rubens Botti. Dnp Terreplanagens e Pavimentadora Floresto LTDA. Relator: Des. Renato Delbianco. 14 de outubro de 2014. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Agravo de Instrumento N°353.575-5/1-00. Mírian Rosa Fochi Ramirez e O JUIZO. Relator: Des. Ricardo Lewandowski. 02 de junho de 2004. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Apelação Cível N°24.353-5/4. Virgílio Calegari e Luiz Alves Coelho e outros. Relator: Des. Aloísio de Toledo. 23 de fevereiro de 1999. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 70023567324. LVP Mineração LTDA e Condor Empreendimentos Imobiliários SA. Relator: Des. Cláudio Augusto Rosa Lopes Nunes. 14 de julho de 2011. Disponível em: <www.tj.rs.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.



BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 7 70003338043. Dácio Artenes Panassol e João Deoclides da Conceição. Relator: Des^a. Mara Larsen Chechi. 10 de abril de 2002. Disponível em: <www.tj.rs.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 70001944289. LVP Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. Perciano de Castilhos Bertoluci. 24 de maio de 2001. Disponível em: <www.tj.rs.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abril. 2014.

Tribunal de Justiça do Paraná

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Agravo de Instrumento 1.425.151-7. Antônio Stoccherro e outros. Indústria de Cal Rio Grande LTDA. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. 13 de abril de 2016. Disponível em: <www.portal.tjpr.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível 1.090.865-9. Anor Santini Filho. Andrea Catarina Bueno Machado Petermann. Relator: Arquelau Araujo Ribas. 07 de agosto de 2014. Disponível em: <www.portal.tjpr.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível 370.179-7. Materiais para Construção Civil COSTAMORO LTDA. Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Relator: Carvilio da Silveira Filho. 12 de fevereiro de 2010. Disponível em: <www.portal.tjpr.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível N° 372087-2. Extração De Areia Zucchi LTDA e Copel Geração S/A. Relator: Des. Arno Knoerr. 14 de maio de 2009. Disponível em: <www.tj.pr.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

Tribunal de Justiça da Bahia

BRASIL. Tribunal de Justiça da Bahia. Acórdão. Embargos de Declaração N° 0301199-52.2012.8.05.0000/500000. Jurandir Barbosa de Souza e Outro. Manoel Alvaro de Lima Soriano. Relator: Dra. Lisbete M. Teixeira Almeida César Santos. 17 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www5.tjba.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 168620-95.2013.8.09.0000. Companhia Goiana de Ouro. Fábio Mendanha de Castillo e Outros. Relator: Des. Wilson Safatle Faiad. 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.tjgo.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão. Apelação Cível N° 2012.3.018542-8. Valle S/A. José Rodrigues Guimarães e Joana Maciel Guimarães. Relator: Des. Roberto Gonçalves de Moura. 23 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão. Apelação Cível N° 2013.3031849-0. Vale S/A. Antonio Anterio Vieira. Relator: Des. Roberto Gonçalves de Moura. 08 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.



BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Acórdão. Embargos de Declaração em Apelação 0015253-58.2008.8.22.0002. Valdecir da Silva. Madeireira Seu Vital Ltda. Relator: Des. Kiyochi Mori. 06 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Acórdão. Apelação 0015253-58.2008.8.22.0002. Madeireira Seu Vital Ltda. Valdecir da Silva. Relator: Des. Kiyochi Mori. 28 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

Tribunal de Justiça do Tocantins.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Tocantins. Acórdão. Mandado de Segurança 0006485-04.2014.827.0000. Wanderlúbio Barbosa Gentil. Juízes das Varas Cível e Criminal da Comarca de Arraias. Relator: Ronaldo Eurípedes. 04 de junho de 2014. Disponível em: <www.tjto.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Nº 0025091-40.1994.4.01.0000. União Federal e Outro. Relator: Des. Juiz Carlos Fernando Mathias. 24 de fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação em Mandado de Segurança Nº 0012283-70.2003.4.01.3400. Aço Mineração LTDA e União Federal. Relator: Desª. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 03 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação em Mandado de Segurança. Nº 0018995-45.2000.4.01.3800. ANNSA Mineração LTDA e Mineração Brasileiras Reunidas S/A – MBR. Relator: Desª. Selene Maria De Almeida. 10 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abril. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Civil Nº 0000419-91.2005.4.01.3100. Tocantins Mineração S/A e Outros. Relator: Desª. Selene Maria De Almeida. 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2001.01.00.023259-2/MT. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso e Cesar Pizzato Quadros e Outros. Relator: Des. Mário César Ribeiro. 08 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Cível Nº 1997.01.00.019086-3/MG. Triarcom – Triângulo Argamassas Concreto e Mineração LTDA e Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM . Relator: Des. Aloísio Palmeira. 27 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.060499-1 MG. Brasroma Mineração Comércio e Indústria LTDA e outro e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Desª. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 2 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.



BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2008.01.00.028142-2/MG. José Alves da Silva e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Desª. Selene Maria de Almeida. 17 de junho de 2008. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br> >, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.050299-0/MG. Mineração e Comércio do Turvo LTDA. e Ministério Público Federal. Relator: Des. Souza Prudente. 31 de outubro de 2007. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br> >, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.046561-0/MG. Lacel Quartzito LTDA ME e Ministério Público Federal. Relator: Des. Souza Prudente. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.037730-8/MG. Maria das Graças de Oliveira Lopes e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Selene Maria de Almeida. 05 de setembro de 2007. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br> >, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2006.01.00.029205-8/MG. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Lions Clube Poços de Caldas - Urânio. Relator: Des. Catão Alves. 10 de agosto de 2006. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.020553-4/MG. Ana Etelvina Mendes Souza e Soares e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Desª. Selene Maria de Almeida. 02 de agosto de 2004 Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.013562-7/MG. Raimundo Candido da Silva e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Daniel Paes Ribeiro. 28 de abril de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.012610-7/MG. Francisco de Assis Silva Rabelo e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. João Batista Moreira. 1 de março de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.014242-7/MG. Geraldo Linhares Camargos e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Desª. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 29 de abril de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2003.01.00.040143-3/MG. Francisco Antonio Dias Filho e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Selene Maria de Almeida. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2003.01.00.033945-4/MG. Tracomal Terraplanagem e Construções Machado LTDA e outro e Departamento



Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des^a. Selene Maria de Almeida. 16 de dezembro de 2003. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança N°2003.34.00.012282-2/DF. Aço Mineração Ltda. e Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM. Relator: Des^a. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°199701000190863. Triarcom. Triângulo Argamassas Concreto e Mineração Ltda. e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des. Lindoval Marques de Brito. 27 de maio de 1999. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança N°2000.38.00.019113-0/MG. ANNSA Mineração Ltda. e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des^a. Selene Maria de Almeida. 09 de janeiro de 1986. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Remessa Ex Ofício N°94.01.28245-5/MG. União Federal e Minérios Ferros e Metais Ltda. Relator: Des. Carlos Fernando Mathias. 29 de junho de 1999. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°94.01.28090-8/MG. União Federal e Minérios Ferros e Metais Ltda. Relator: Des. Carlos Fernando Mathias. 29 de junho de 1999. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°2005.31.00.0004189/AP. Estado do Amapá e Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI. Relator: Des^a. Selene Maria de Almeida. 12 de junho de 2007. Disponível em: <www.trf1.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

Tribunal Regional Federal 2

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.044482-8. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Mineração Itarana Ltda. Relator: Des. Raldênio Bonifacio Costa. 28 de julho de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.015500-4. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Giromar Extração de Minerais Ltda. Relator: Raldênio Bonifacio Costa. 28 de julho de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01044477-4. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Ignez Fiorio. Relator: Des. Poul Erik Dyrlyund. 03 de novembro de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2^a Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.015049-3. Cachita Mineração e outros e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des. Fernando Marques. 21 de agosto de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

Tribunal Regional Federal 4



BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Apelação/Reexame Necessário Nº 500028-63.2013.4.04.7214. Relator: Des. Fernando Quadros da Silva. 30 de março de 2016. Disponível em: <www.trf4.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Mar. 2017

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança Nº2002.72.00.0005487. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Carlos Roberto de Paiva Estrella. Relator: Desª. Maria de Fátima Freitas Labarrère. 18 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.trf4.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

Tribunal Regional Federal 5

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança Nº87945/RN. Gilberto Ananias Câmara de Sá e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des. Francisco Wildo. 09 de setembro de 2004. Disponível em: <www.trf5.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

Supremo Tribunal Federal

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº404862. Annsa Mineração Ltda. e Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR. Relator: Min. Nelson Jobim. 15 de abril de 2003. Disponível em: <www.stf.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

Superior Tribunal de Justiça

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial Nº 1.471.571. Valdecir da Silva e Madeireira Seu Vital LTDA. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Mar. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Conflito de Competência Nº32.659. Justiça Pública e Adenilson da Costa Neves. Relator: Min. Felix Fischer. 12 de junho de 2002. Disponível em: <www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial Nº595.588. Cia. Vale do Rio Doce e José Hilário Ferreira Filho. Relator: Min. Teori Albino Zavascki. 28 de novembro de 2006. Disponível em: <www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Conflito de Competência Nº32.414. Justiça Pública e Márcio Afonso Siqueira. Relator: Min. Felix Fischer. 13 de março de 2002. Disponível em: <www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial Nº 595.588 – MG. Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. José Hilário Ferreira Filho – Espólio. Relator: Min. Teori Albino Zavascki, 28 de novembro de 2006, disponível em: <www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Out. 2014.

Advocacia-Geral da União

BRASIL. Advocacia Geral da União. Nota DECOR/CGU/AGU N 013/2007. Processo Nº 48412.861956/80-22 e 48400.000158/01-92. Consulta referente à necessidade de prévia autorização do Conselho de Defesa Nacional para concessão de penhor de direitos minerários representados por concessões de lavra com alvarás de autorização de pesquisa, em áreas localizadas na Faixa de Fronteira. 16 de janeiro de 2007. Belo Horizonte, MG, Set. 2013.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer Nº GQ – 129. Processo Nº 48000.001810/96-52. Da lavra do Consultor da União Dr. Alfredo Ruy Barbosa. 21 de agosto de 1997. Disponível em: <www.agu.gov.br>, Belo Horizonte, MG, Mar. 2010.



BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N°JT – 05. Processo N° 48400.000158/2001-92 e 48412.861956/80-22. Da lavra da Advogada da União Dra. Priscila Cunha do Nascimento e Prometalica Mineração Ltda. 29 de junho de 2009. Disponível em: <www.agu.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N° RB – 02/97. Processo N° 48000.001810/96-52. Utilização Direta de recursos minerais pelos Municípios. 23 de julho de 1997. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N° RB – 01/95. Processo N° 48000.000451/94-54. Caducidade de Concessão por Abono da Mina. 07 de março de 1992. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

Procuradoria Jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Parecer/PROGE N° 038/2012 – AS. Processo n° 49400-000024/2007-61. Interessados: Companhia DNPM/RJ. 09 de maio de 2012. Belo Horizonte, MG. Set. 2013

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Parecer/Proge N° 90/2006-MFS. Processos N° 832.616, 832.856 e 931.165/05. Interessado: Micapel – Mineração Capão das Pedras Ltda. e Cava Pedra para Construção Ltda. Procuradora Federal Maria de Fátima e Silva. 06 de abril de 2006. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Parecer/Proge N° 90/2006-MFS. Processos N° 832.616, 832.856 e 931.165/05. Interessado: Micapel – Mineração Capão das Pedras Ltda. e Cava Pedra para Construção Ltda. Procuradora Federal Maria de Fátima e Silva. 06 de abril de 2006. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Parecer/Proge N° 039/2007-FMM. Processo N° 850.006/1979. Interessado: Mineração Canopus Ltda. Procurador Federal Frederico Munia Machado. 09 de fevereiro de 2007. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Parecer/Proge N° 245/2004-PA. Processo N° 3.156/36. Interessados: Carbonífera Criciúma S/A, Barro Branco S/A, Catarinense Ltda. e Belluno Ltda. Procurador Federal Paulo Alexandre de Oliveira Almeida. 30 de junho de 2004. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Parecer/PROGE N° 127/2008 – AS. Processo n° 043.306/1956; 002.771/1935. Interessados: Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Viga Mineração Engenharia Ltda. Procuradora Jurídica do Órgão de Execução da PGF junto ao DNPM. 09 de abril de 2008. Belo Horizonte, MG. Dez. 2010.

Ministério das Minas e Energia

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 05/2006. Processo DNPM N° 800.755/1996 e 800.357/04. Guanordeste Mineração e Comércio Ltda e Extrativa Fertilizantes S.A. 12 de janeiro de 2006. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 284/2005. Processo N° 48400.001607/2005-43. Corumbá Concessões S/A. Consultor Jurídico Vladimir Muska Tirovic - Substituto. 30 de setembro de 2005. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 096/98. Processo N° 832.650/86. Evandro Luiz de Almeida. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 28 de setembro de 1998. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 018/99. Processos N° 820.592/97, 820.593/97 e 820.594/97. Mineração Alto Paraíba Ltda. – MAPA. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 24 de fevereiro de 1999. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.



BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 077/99. Processo nº. 48000.002066/99-29. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Consultora Jurídica Arlinda Ivone Toledo de Menezes. 08 de setembro de 1999. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 371/2004. Processo N° 830.281/83-95. Clever Porfírio Garcia – Firma Individual. Consultora Jurídica Erenice Guerra. 10 de dezembro de 2004. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 096/98. Processo N° 832.650/86. Evandro Luiz de Almeida. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 28 de setembro de 1998. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 062/97. Processo N° 48000.00314696-59. Departamento Nacional de Produção Mineral. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 13 de maio de 1997. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.



Citações de William Freire como referência doutrinária em publicações internacionais
Some references to William Freire as a legal scholar in international law books and legal articles

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *In*: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. 5. ed. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 2012.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* SALES, Guilherme Lima de Moura. La administración de los bienes minerales como fuerza motriz del desarrollo social. Revista de Derecho, nº21, UASB-Ecuador/CEN. Quito. 2014.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *In*: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. 5.ed. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 2012.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* BLANCO, Alejandro Vergara. Instituciones de Derecho Minero. Santiago de Chile: AbeledoPerrot, Legal Publishing, 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* PAREJO BUENO, Matilde María. Aportaciones al régimen jurídico del Dominio Público Minero y su aprovechamiento en el Derecho Administrativo Español: tese de doutoramento. 2009.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. COVRE, Julyana; CLEMENTE, Felipe; LÍRIO, Viviani S. New Brazilian Forest Code: Changes and Prospects. International Conference of Agricultural Economists: Agriculture in na Interconnected World. Università Degli Studi de Milano. Milão, Italia. 2015. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/212768/2/Covre,%20Clemente%20and%20Lirio.pdf>>. Acesso em: 30 de Jun. 2016.

FREIRE, William. *Fundamentals of Mining Law*. *Apud* GESICKI, Ana Lucia Desenzi; SINDICO, Francesco. The Environmental Dimension of Groundwater in Brazil: Conflicts between Mineral Water and Water Resource Management. Journal of Water Resource and Protection, v. 6, n. 16, p. 1533, 2014. Disponível em: <http://file.scirp.org/Html/3-9402275_51933.htm>. Acesso em: 1 de Jul. 2016.



Citações de William Freire como referência doutrinária em livros e artigos jurídicos
Some references to William Freire as a legal scholar in law books and legal articles

FREIRE, William. O Licenciamento Ambiental no Direito Minerário. ARAUJO, Flavia Moller David. Fontes de Informação Jurídico-Ambiental. Referência Bibliográfica. 2015.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico do petróleo e dos Recursos Minerais. São Paulo, Quartier Latin, 2011. p. 179-182.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: AIDE, 1995. Apud. NOGUEIRA, Jenny Magnani de Oliveira. Aspectos do domínio mineral e as diretrizes constitucionais do setor. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente, apud. BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de Informação Jurídico-Ambiental. Sítios, dicionários, bibliografias e outras referências para pesquisa. Belo Horizonte: Fórum, 2007._

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente, apud, AZEVEDO, Adriana Oliveira. A educação ambiental como política pública contributiva para o desenvolvimento sustentável no Amazonas. Artigo.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud MUNIZ, Joaquim Tavares de Paiva; BEZERRA, Gabriela. Arbitragem no Projeto de Nova Legislação de Direito Minerário. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 169

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud ATHIAS, Jorge Alex Nunes. O Novo Marco Regulatório da Mineração e o Meio Ambiente. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 187

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud SOUZA, Karla Karolina Harada; BOAS, Regina Vera Villas. Afetação de Direitos Individuais Homogêneos em Casos de Dano ao Meio Ambiente Causado por Atividade Minerária. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 237

FREIRE, William. Política Mineral e Direito Minerário. O que o Brasil pode aprender com outros países n. Apud FERRAZ, Pedro Campany. Mineração e Cavidades, Direitos (In)Conciliáveis? In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 335

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud ANGRISANI, Vera. Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) Pela Atividade Mineira. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 431



FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SILVA, Rafael Ângelo de Sales. O manifesto de mina e a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais. Belo Horizonte: Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 18, n. 1, 2012.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MENDONÇA, José Osvaldo Corrêa Furtado de. Da impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por crime ambiental no direito brasileiro. Em: Jurisprudência mineira, Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, v. 62, n. 199, out./dez. 2011, p. 21-29, 2011.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* BLANCO, Alejandro Vergara. Instituciones de Derecho Minero. Santiago de Chile: AbeledoPerrot, Legal Publishing, 2010.

FREIRE, William. Regime Jurídico dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. *Apud* TRINDADE, Adriano Drummond Cançado. Princípios de Direito Minerário Brasileiro. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 51.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* TRINDADE, Adriano Drummond Cançado. Princípios de Direito Minerário Brasileiro. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 69.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* DOMINGUES, Sheila F. M. Lima; SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de. A Legalidade da Cessão do Direito de Prioridade. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 152.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* LIMA, Guilherme Corrêa da Fonseca. Direitos e Garantias Fundamentais no Processo de Outorga de Direitos Minerários. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 169.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* SOUZA, Maurício Pellegrino de. Da Dispensa de anuência Prévia do Órgão Gestor da Área de Proteção Ambiental para Outorga de Autorização de Pesquisa Mineral. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 185.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* PESSOA, Thiago Thomaz Siuves. Ação de Avaliação de Renda pela Ocupação e Danos e Prejuízos para a Pesquisa Mineral. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 204.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* PETERSEN, Daniel Ribeiro. Cessão Temporária e Concessão de Lavra. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 265-266.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GONÇALVES, Andréa Viggiano. A Participação do Proprietário do Solo nos Resultados da Lavra de Mina Manifestada. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 289-290.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* MELO, Adriana N. e S.; BELISÁRIO, Ana C. V.; SOUZA, Marcelo M. G. de. Aproveitamento Mineral sem Autorização. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* LOTT, Denes Martins da Costa. Desativação de Minas. *In*: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 331-332.



FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* DOMINGUES, José Marcos. The Brazilian Supreme Court and the compensation National System of Units of Natural Environment Conservation (SNUC): the ADIN 3.378-DF. Revista Direito GV, v. 5, n. 1, p. 125-146, 2009.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *In*: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2007.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *In*: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2007.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* MACHADO, Victor Penido; PEIXOTO, Frederico Augusto Lins. Distinções entre a CFEM e o Royalty do Petróleo e entre Receita Originária e Derivada. *In*: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 73.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. *Apud* LEÃO, Jardel Meireles. A CFEM como Indenização Administrativa. *In*: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FREIRE, William. Regime Jurídico dos Recursos Minerais do Direito brasileiro. *Apud* LEITE, Camila de Moraes; MARCUCCI, Roberta Borella. A CFEM como Indenização Ambiental. *In*: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 106.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* PEIXOTO, Frederico Augusto Lins; MACHADO, Victor Penido. A CFEM como Tributo (CIDE). *In*: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p.162.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* VILLAS-BÔAS, Hariessa Cristina; BARRETO, Laura. Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal. Rio de Janeiro. CYTED-CETEM, 2005.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SERRA, Silvia Helena. Pesquisa e Aproveitamento dos Recursos Minerais. *In*: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.38.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. *In*: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.97.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. *In*: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.115.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. *In*: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.118.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SERRA, Silvia Helena. Extinção dos Direitos Minerários. *In*: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p. 149.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. *In*: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 69-70.



FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. *In*: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 75.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. *Apud* COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. *In*: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 92-96.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* RIBEIRO, Carlos Luiz (Org.). Direito Minerário: Escrito e Aplicado. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

FREIRE, William. Comentários à Constituição do Brasil. *Apud* RIBEIRO, Carlos Luiz (Org.). Direito Minerário: Escrito e Aplicado. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* ANDRADE, Daniel Carlos (Coord.) Aspectos Constitucionais do Direito Minerário: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro, 1998. p. 11, 22-23.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* ANDRADE, Daniel Carlos (Coord.) Aspectos Constitucionais do Direito Minerário: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro, 1998. p. 16-17.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* ANTUNES, Paulo de Bessa (Org.). Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ltda. 1996. p. 286-287.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* NUNES, Paulo Henrique Faria (Org.). Meio Ambiente e Mineração: O Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: Juruá. 2008. p. 71, 78.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* VILELA, Gracielle Carrijo; RIEVERS, Marina (Org.). Direito e Meio Ambiente: Reflexões Atuais. Belo Horizonte: Fórum. 2009.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* CORRÊA, Jacson (Org.). Proteção Ambiental e Atividade Minerária. Curitiba: Juruá. 2003. p. 100.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* MORAES, Antônio Carlos de. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa e Lavra Mineral. *In*: FREIRE, William (Coord.). Revista de Direito Minerário: Repertório de Doutrina e Jurisprudência. Belo Horizonte: Mineira. 2000. p. 45.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* MATHIS, Armin; DE BRITO, Daniel Chaves; BRÜSEKE, Franz Josef. Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia. Belém. Editora Cejup, 1997. p. 290.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* ARAÚJO, Lílian Alves de (Org.). Ação Civil Pública Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2001. p. 25-26.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.



-
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.
-
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.
-
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* DIAS, Edna Cardozo (Org.). Manual de Direito Ambiental. Belo Horizonte: Mandamentos. 2003.
-
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Coletânea de Legislação Mineral. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Minerário. *Apud* SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* FRANCO, Paulo Sérgio de Moura. A Tutela do Meio Ambiente e Responsabilidade Civil Ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 52. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MARÇAL, Claudia. Aspectos Legais do Poder de Polícia Ambiental Municipal. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 677, 13 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6695>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. A Tutela da Floresta na Legislação Penal e no Direito Econômico. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 313, 16 maio 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5212>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* COSTA, Marcos Brant Gambier. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária e sua Repercussão em Área de Vocação Mineral. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 44, ago. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1679>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* PENIDO, Henrique Rocha. Biodiesel: Debates e Propostas. A Inclusão Social, a Preservação Ambiental e os ganhos Econômicos. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 673, 9 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6702>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
-



FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* ATHIAS, Jorge Alex. Mineração, Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. In: SCAFF, Fernando Facury; ATHIAS, Jorge Alex (Coord.). Direito Tributário e Econômico Aplicado ao Meio Ambiente e à Mineração. São Paulo: Quartier Latin. 2009. p. 208.

FREIRE, William. Direito Ambiental brasileiro. *Apud* CERVI, Taciana Marconatto Damo. *A Atuação do Estado Brasileiro para a Sustentabilidade: A Interação Necessária entre Direito e Meio Ambiente*. Disponível em: <http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/20/01_taciana_marconatto_damo_cervi.html>. Acesso em 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* BARROSO, Lucas Abreu. Propriedade dos Recursos Minerais e Propriedade do Solo e do Subsolo no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: <http://www.lex.com.br/noticias/artigos/Default.asp?artigo_id=880024&m=1>. Acesso em 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. *Apud* SILVESTRE, Mariel. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável no Direito Ambiental e Instrumentos Legais de Sustentabilidade no que tange a algumas Atividades geradoras de Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/mariel_silvestre.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* CERVI, Taciana Marconatto Damo. O Estudo de Impacto Ambiental: A Realidade entre a proteção Jurídica do Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5869>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Oralidade no Direito Administrativo: Licenciamento Ambiental e Audiência Pública. Disponível em: <www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto967.rtf>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* COSTA, Larissa de Oliveira. Sistema de Gestão Ambiental. Disponível em: <http://agata.ucg.br/formularios/ucg/institutos/nepjur/pdf/pos_05.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SILVA, João Vitor dos Santos; CARREIRO, Antônio Almeida. Licenciamento Ambiental para Empreendimentos Imobiliários e Turísticos. Disponível em: <dc150.4shared.com/.../LICENCIAMENTO_AMBIENTAL_PARA_E.doc>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MARTINS, Waldene da Silva; COELHO, Vânia Maria Bemfica Guimarães Pinto. A Interpretação e Aplicação do Princípio da Insignificância no Direito Ambiental. Disponível em: <<http://www.fadiva.edu.br/Documentos/publicacoes/2008/4.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* HORTA, Mônica. Negociabilidade Títulos Minerários. Acesso em: 25 mai. 2010. p. 7.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* HORTA, Mônica. Natureza Jurídica e Formação dos Direitos Minerários. In: Negociabilidade Títulos Minerários. Acesso em: 25 mai. 2010. p. 53.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* TOGNERI, Sandra Cristina Pires. O Poder da Multa Abusos e Limitações dos Órgãos Ambientais. Disponível em: <<http://www.mcampos.br/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/sandracristinapoderdamultaabusoslimitacoesorgaosambientais.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Recurso Especial e Extraordinário. *Apud* CARDOZO, Marcela Holanda Ribeiro. Repercussão Geral como Requisito de Admissibilidade do Recurso Extraordinário. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/23309/Repercuss%C3%A3o_Geral_Requisito.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Termos Ambientais. *Apud* RASLAN, Alexandre Lima. Princípio do Poluidor – Usuário - Pagador: Fundamentos e Concretização. Disponível em:



<http://www.mp.ms.gov.br/portal/manual_ambiental/arquivos/O%20Princ%C3%ADpio%20do%20Poluidor%20Usu%C3%A1rio%20Pagador%20Fundamentos%20e%20Concretiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* NETO, Carmine de Siervi. A Evolução da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5466>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SILVA, Luciane Mara da. Noções Gerais de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.ajes.edu.br/arquivos/20081107102939.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SANT'ANNA, Tiago Lezan. Uso e Preservação dos Recursos Hídricos: Aspectos Jurídicos. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3305.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SOUZA, Alexandre Parigot de. A Integração Protetiva do Ambiente, da Saúde Ocupacional e da Segurança Industrial no Brasil. Disponível em: <http://www.cesa.org.br/arquivos/RevCESA9edicao_finalPARIGOT.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SILVA, Allan Leon Casemiro da. O Dano Ambiental: Princípios da precaução e do Poluidor Pagador. Disponível em: <www.facs.br/revistajuridica/edicao_dezembro2003/.../disc07.doc>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. *Apud* SILVESTRE, Mariel. Mineração em área de Preservação Permanente: intervenção possível e necessária. São Paulo: Signus Editora, 2007.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. *Apud* SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. *In.* SOUZA, Maurício Pellegrino de; TAVARES, Renata Campos Laborne. Arrendamento de Mina e a Dinâmica da Mineração: Reflexões sobre aspectos conceituais da nova disciplina a partir da portaria DNPM nº269/2008. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.195.

FREIRE, William. Direito Ambiental aplicado à Mineração. *Apud* SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. *In.* SOAR Cristiana Nepomuceno de Souza; AGUIAR, Paula Meireles. Medidas Compensatórias de Natureza Ambiental Florestal Aplicáveis à Atividade Minerária. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.121.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. *Apud* SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. *In.* MARQUES, Luciana Drumond Gallo; FIGUEIREDO, Fábio Henrique Vieira. A Impossibilidade de Interrupção da Atividade Minerária em Face do Direito de Propriedade e dos Quilombolas. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.81.

FREIRE, William. Regime jurídico da mineração e marco regulatório a partir de uma análise de Direito Comparado. *Apud* CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA. Setor mineral rumo a um novo marco legal. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Série Cadernos de altos estudos, n. 8. p.149

FREIRE, William; LARA, Daniela. Os Reflexos da reparação e composição civil do dano ambiental na responsabilização criminal. *Apud* INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais: Atividade Empresarial e Sua Legalidade Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011. Nº Especial.

FREIRE, William. Comentários ao Código de mineração. *Apud* MALERBA, Juliana. MILANEZM, Bruno. WANDERLEY, Luiz Jardim. Novo marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* MEERHOLZ, Andre Leonardo. O modelo regulatório do pré-sal e a neutralização da doença holandesa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <www.acervodigital.ufpr.br>. Acesso em 25 de jun. 2016.



FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* DE SANT'ANA, Diogo. Estado, Direito e Produção de alimentos: Análise a partir do "Ponto de Estrangulamento" no Setor de Fertilizantes. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <teses.usp.br>. Acesso em: 25 de jun. 2016

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* PREVE, Daniel Ribeiro. Legislação e recuperação ambiental: instrumentos jurídicos na recuperação de áreas degradadas pela exploração carbonífera em Criciúma/SC. Dissertação de Mestrado. Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2014. Disponível em: <dspace.unesc.net>. Acesso em: 25 de jun. 2016

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* KONO, Bruno. A Propriedade do Solo no Direito Minerário: as repercussões jurídicas e econômicas derivadas. 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/direito-minerario/downloads/eventos_materiais/2-debate-sobre-mineracao-belem/apresentacoes/mineracao-e-a-propriedade-do-solo.pdf>. Acesso em 25 de jun. 2016

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* ARAUJO, Flavia Möller David. O licenciamento ambiental no regime de autorização de pesquisa e concessão de lavra. DIREITO AMBIENTAL NO SÉCULO XXI, p. 178. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em 27 de jun. 2016

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* GONÇALVES, Oksandro Osdival; OSORIO, Ricardo Serrano. Desenvolvimento e (de) crescimento através da atividade minerária no Peru: sob um estado socioambiental? Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php>>. Acesso: 27 de jun. 2016

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* RONQUIM FILHO, Adhemar. Aspectos da construção do novo marco regulatório da mineração brasileira. 2012. 118 f. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara-SP, 2012. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/dissertacoes/2012/adhemar-ronquim-filho.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2016.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. *Apud* FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. Direito financeiro aplicado ao setor do petróleo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em 27 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* Hernandez, Fernanda Guimarães. Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais Regra Matriz de Incidência. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em 27 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* NOGUEIRA, Jenny Magnani de Oliveira et al. Aspectos do domínio mineral e as diretrizes constitucionais do setor. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: <www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 27 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* DA SILVEIRA, Renata Abrantes. Aspectos jurídicos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais-CFEM. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: <dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 27 de jun. 2016.



FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. Aspectos jurídico-econômicos da atividade minerária no Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12008&revista_caderno=5>. Acesso em 30 de Jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. O licenciamento ambiental nas atividades de mineração. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12009&revista_caderno=5>. Acesso em 30 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* ARAUJO, Daiane Mendes; DOS SANTOS FILHO, Nilo Gonçalves. Licenciamento Ambiental para Mineradoras. Disponível em: <atenas.edu.br>. Acesso em 30 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* MARTINS, Daniela Lara; DA CRUZ, Luiz Carlos. "O Manifesto de Mina" no Direito Minerário Brasileiro. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2012/28/2012_28_4507.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2016

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* FERREIRA MARQUES, Benedito. A natureza real e contratual da outorga de direitos de uso de recursos hídricos. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pernambuco. 2004. Disponível em: <www.repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* FIGUEREDO, Douglas Dias Vieira de. A União como gestora dos recursos minerais e sua repercussão no enquadramento das receitas oriundas da CFEM. Dissertação de mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2014. Disponível em: <www.domhelder.edu.br>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. Prolegômenos do Código de Mineração brasileiro: uma análise necessária à luz do direito ambiental. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=12055&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* DE BARROS MERCER, Edmundo Paes; MACHADO, Iran F.; HERRMANN, Hildebrando. Ecoeficiência e Desenvolvimento Sustentável: uma visão holística da mineração. Disponível em: <<http://www.cotemar.com.br/biblioteca/mineracao/500anos-BLOCO%20III%20.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GÖCKS, Nara Raquel Alves. A mineração de agregados para a construção civil no novo marco regulatório: tratamento (in) diferenciado. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2015. Disponível em: <repositorio.ucs.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* SPENGLER, Fabiana Marion; GIMENEZ, Charlise P. Colet. O Direito ao Meio Ambiental Equilibrado e Sadio: O Tratamento do Conflito Sociambiental a partir da



Mediação. In: *Justicia y medio ambiente*. Punto Rojo. p. 75-89. 2013. Disponível em: <www.dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* LEMOS, Elianne Christine. Potencialidade das riquezas do subsolo brasileiro. *Conexão ciência (Online)*, v. 4, n. 1, p. 85-89, 2009. Disponível em: <www.periodicos.uniformg.edu.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* GARCIA, Leonardo de Medeiros. A Natureza Jurídica da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e o Entendimento do STF sobre o assunto. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*. Vitória: PGE/ES. Semestral. 2005. p. 191. Disponível em: <www.pge.es.gov.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. *Apud* Farias, Talden Queiroz. Plano de Recuperação de Área Degradada: análise de sua efetividade na Região Metropolitana de João Pessoa. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011. Disponível em: <www.recursosnaturais.ufcg.edu.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* LOUBET, Luciano Furtado. Logística Reversa (Responsabilidade Pós-Consumo) Frente ao Direito Ambiental Brasileiro-Implicações da Lei nº. 12.305/2010. Disponível em: <www.cabo.pe.gov.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* LOUBET, Luciano Furtado. Regime Jurídico do Ecoturismo e o Papel do Ministério Público em sua Defesa e Controle. In: III Congresso Internacional de Direito Ambiental promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União em Campo Grande-MS. 2004. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* QUEIROZ, Rodolfo Hathchwell Borges de. Pós-tratamento de efluentes anaeróbicos em reator de microalgas imobilizadas. 2014. Disponível em: <www.dspace.bc.uepb.edu.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* TEIXEIRA, Carlos Geraldo. Monografia Completa. Série Monografias do CEJ, v. 13, 2012. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/mono/article/view/1671/1630>>. Acesso em: 02 de jul. 2016

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* MELE, João Leonardo et al. Ordem pública ambiental: a intervenção das políticas ostensiva-preventivas na salvaguarda do meio ambiente. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos. 2008. Disponível em: <www.biblioteca.unisantos.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. *Apud* DA CRUZ GODOY, Larissa Ribeiro. Proposta de Análise de Políticas Públicas a partir das Tipologias de Surel e de Kuhn: o caso da compensação ambiental no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <www.revistas.usp.br>. Acesso em 02 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* FREIRE, Mônica Bahia Galante. A atividade minerária na efetivação da sustentabilidade intergeracional e do fechamento de mina. Dissertação de Mestrado.



Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2014. Disponível em: <www.faculdadeemge.com.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* VASCONCELOS, Luis André de Araújo. Federalismo Cooperativo e Proteção Ambiental na Constituição de 1988. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2013. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/36d3eb4d42e0ac796b47cd2bea7b3db9.pdf>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. *Apud* CAVALCANTI, Vanessa Maria Mamede. Arcabouço legal nacional para pesquisa e lavra mineral no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva. *Parcerias Estratégicas*, v. 12, n. 24, p. 61-94, 2010. Disponível em: <www.seer.cgee.org.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* CARVALHO, Délton Winter de. Dano ambiental futuro: da assimilação dos riscos ecológicos pelo direito à formação de vínculos jurídicos integracionais. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2006. Disponível em: <www.repositorio.jesuita.org.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* CORRÊA, Leonardo Alves. A interpretação do princípio da insignificância no Direito Ambiental. *In: Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n. 57, 1 jul. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2969>. Acesso em: 02 jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MORAES, Rodrigo Jorge. Setor sucroalcooleiro: regime jurídico ambiental das usinas de açúcar e álcool. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009. Disponível em: <www.dominiopublico.mec.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* Marçal, CLÁUDIA. Licenciamento e fiscalização ambiental pelos consórcios públicos. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2006. Disponível em <www.repositorio.unb.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MYSZCZUK, Ana Paula; MEIRELLES, J. M. Testes Genéticos, Eugenia E Contrato Do Trabalho: Análise À Luz Da Declaração Universal Dos Direitos Humanos E Do Genoma Humano E Da Constituição Federal De 1988*. *In: XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*. p. 1117. 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/1964.pdf>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* COSTA, Marli; HERMANY, Ricardo. Interconexões entre desenvolvimento sustentável, planejamento urbano participativo, cidadania e função social do município. *Prima Facie-Direito, História e Política*, v. 5, n. 8, 2006. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* PRUDENTE, Antônio Souza. Tutela inibitória do risco ambiental: tutela cautelar do meio ambiente, como instrumento de eficácia do princípio da precaução. Tese de



Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2005. Disponível em: <www.repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MARTINOTTO, Fernanda. Direito e genoma humano: proteção da biodiversidade face às pesquisas genéticas no direito brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2014. Disponível em: <www.repositorio.ucs.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DE OLIVEIRA, Felipe Faria. HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA, TIPICIDADE E DIREITOS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2008. Disponível em: <www.biblioteca.pucminas.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* RIBEIRO, Marcia Weber Lotto; DE FARIA, Fernanda Cury. Responsabilidade Civil por Dano Ambiental. Acesso em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoresponsabilidadecivilpordanoambiental.pdf>>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DA SILVA, Vilma Rezende. Práticas sustentáveis: o uso consciente do papel e o reaproveitamento de materiais. Revista Laborativa, v. 4, n. 2, p. 79-89, 2015. Disponível em: <www.ojs.unesp.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* GABBAY, Samuel Max; DE OLIVEIRA DUQUE, Carlos Eduardo; DE ALENCAR XAVIER, Yanko Marcius. Política Energética Nacional e Biodiesel. 2007. Disponível em: <www.portalabpg.org.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* PRADO FILHO, José Francisco do. O Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de Projetos e Empreendimentos Minerários como um Instrumento de Gestão Ambiental: Estudo de Casos no Quadrilátero Ferrífero (MG). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MESSIAS, Marcos Perez. Rotulagem de alimentos geneticamente modificados e a responsabilidade ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos. 2009. Disponível em: <www.biblioteca.unisantos.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SEIFERT, Ronaldo Gerd. Culpabilidade e responsabilidade administrativa ambiental. Revista de Direito, v. 14, n. 19, 2015. Disponível em: <www.pgskroton.com.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* VIANNA, Paulo Sergio; BERALDO, Marllon. Direito Ambiental Constitucional e a Prova dos Ilícitos Ambientais. Acesso em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/07_1185.pdf>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* CAON, Liane Martins. A Necessária Constituição de Políticas Públicas Protetivas dos Mananciais Hídricos como Medida Implementadora do Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2006. Disponível em: <www.polo.unisc.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.



FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MONTENEGRO, Magda. Responsabilidade civil pelo risco da atividade e o meio ambiente Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2003. Disponível em: <www.repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* NASCIMENTO, Ana Carolinne P. do. A aplicação do princípio da insignificância na responsabilidade civil do dano ambiental. Themis: Revista da ESMEC, Fortaleza, v. 7, n. 2, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/51477>>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DE CERQUEIRA, Walter Rocha. Pós-Eficácia das Obrigações: Uma Abordagem sobre a Destinação de Resíduos Sólidos Perigosos. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2007. Disponível em: <www.biblioteca.pucminas.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* CERVI, Taciana Marconatto Damo. A atuação do Estado Brasileiro para a sustentabilidade: a interação necessária entre direito e meio ambiente. Medio Ambiente & Derecho: Revista electrónica de derecho ambiental, n. 20, p. 1, 2010. Disponível em: <www.dialnet.unirioja.es> Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Assédio moral coletivo nas relações de trabalho: uma análise sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais dos trabalhadores. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DE AGUIAR, Pedro Geraldo Cunha. Pessoa Jurídica e sua Responsabilidade Penal nos Crimes Ambientais. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília. 2010. Disponível em: <www.unimar.com.br>. Acesso em 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MORAIS, Livia Silva de. Degradação ambiental do Rio Preto na cidade de Santa Rita-PB. 2013. Disponível em: <www.dspace.bc.uepb.edu.br>. Acesso em 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MELETI, Marilisa Verzola. As Perspectivas Contemporâneas Jurídico-Ambientais no Âmbito da Tradicional Liberdade Contratual. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <www.revista.direitofranca.br>. Acesso em 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* MARTINS, Vera Lucia da Silva. Análise da eficácia do termo de ajustamento de conduta no âmbito do inquérito civil como instrumento extraprocessual do ministério público para a proteção do meio ambiente. 2012. Disponível em: <www.repositorio.upf.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* OSSIPE MARTINI BOTELHO, Cristina. A culpabilidade e a punição da pessoa jurídica em delitos ambientais: a necessária revisão da dogmática penal. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2004. Disponível em: <repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* FOLLADOR, Alessandro Valério. Responsabilidade Civil por Danos Ambientais Aspectos Jurídico-Ambientais do Rodoanel. 2005. Disponível em: <www.arquivo.fmu.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016



FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DE MOURA FILHO, Colemar José. Revista da OAB Goiás Ano XIV nº 46 Lei 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.oabgo.org.br/Revistas/46/juridico6.htm>>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DUTRA, Karla Rafael. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica nos Crimes Ambientais. Acesso em <emerj.tjrj.jus.br>. 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DA COSTA, José Lenivaldo Pereira; SEEC-PB, Es-. Educação Ambiental: A Visão dos Educadores na Escola da EJA. Disponível em: <www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* BIRNFELD, Liane Francisca Hüning et al. A extrafiscalidade nos impostos brasileiros como instrumento jurídico-econômico para a promoção de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <www.tede2.pucrs.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* RECKZIEGEL, Janaína. A responsabilidade civil do Estado frente às limitações ao direito de propriedade nas áreas de preservação permanente, às margens de rios urbanos. 2014. Disponível em: <www.repositorio.ucs.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* SOUZA, Bruna Ramayane Reis Pena de. Atribuição de direitos aos animais: da sujeição a sujeitos? Os caminhos de um debate. 2012. Disponível em: <www.repositorio.uniceub.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DOS REIS, Marcelo. ICMS Ecológico como Instrumento de Proteção Ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília. 2011. Disponível em: <www.unimar.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. *Apud* DE MOURA FRANCO, Paulo Sérgio; DALBOSCO, Ana Paula. A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental. 2001. FRANCO, Paulo Sérgio de Moura; DALBOSCO, Ana Paula. A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n.52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. *Apud* SCALON, Marina Gutierrez Brandão. Águas minerais e recursos hídricos: uma perspectiva de gestão integrada. Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais, v. 1, n. 1, p. 131-160, 2011. Disponível em: <www.periodicos.unb.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. *Apud* SILVA, Rafael Angelo de Sales. O manifesto de mina e a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 18, n. 1, 2012. Disponível em: <direito.ufmg.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. *Apud* VIEIRA, Rodrigo Rodrigues Leite. A competência para a instituição



do ICMS na extração do petróleo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Recurso Especial e Extraordinário. *Apud* WAIHRICH, Ricardo Siqueira. A impugnação da decisão que recebe retido o recurso especial: artigo 542, § 3º, do Código de Processo Civil. BDJur, Brasília, DF, 3 ago. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/23278>>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Gestão de Crise e Negociações Ambientais. *Apud* DE LIMA, Luiz Henrique Moraes. O Tribunal de Contas da União e o controle externo da gestão ambiental. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <www.ppe.ufrj.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Gestão de Crise e Negociações Ambientais. *Apud* COSTA, Sildaléia Silva. Seguro Ambiental: garantia de recursos para reparação de danos causados ao meio ambiente. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2012. <www.repositorio.unb.br>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Mineração, Energia e Ambiente. *Apud*. FERREIRA, Adriany Barros de Britto. Povos indígenas e a exploração dos recursos minerais: um estudo pautado no reconhecimento do direito à diferença no Estado socioambiental de direito. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2013. Disponível em: <www.domhelder.edu.br>. Acesso em: 03 de jul 2016.